

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM

EDITAL Nº050/PRPGP/UFSM, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012

ABERTURA DE INSCRIÇÕES À SELEÇÃO NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA
MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE E EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE/MEDICINA
VETERINÁRIA, EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO, PARA INGRESSO EM MARÇO DE 2013

A Coordenadora da Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU/UFSM) e o Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa/UFSM tornam público que, no período de **11 de dezembro de 2012 a 04 de janeiro de 2013** estarão abertas as inscrições à seleção de candidatos aos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde/Medicina Veterinária, nível de Especialização, para ingresso em março de 2013, conforme descrito a seguir:

1 PROGRAMAS E NÚMERO DE VAGAS

1.1 Programas de Residência Multiprofissional, área de concentração, profissão e vagas:

1.1.1 Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Sistema Público de Saúde (código 1041)

1.1.1.1 Área de Concentração: Atenção Básica/Estratégia de Saúde da Família

PROFISSÕES	Nº DE VAGAS
ENFERMAGEM	quatro (04)
PSICOLOGIA	uma (01)
NUTRIÇÃO	uma (01)
SERVIÇO SOCIAL	uma (01)
FISIOTERAPIA	uma (01)
FONOAUDIOLOGIA	uma (01)
TERAPIA OCUPACIONAL	uma (01)
ODONTOLOGIA	uma (01)
EDUCAÇÃO FÍSICA	uma (01)

1.1.1.2 Área de Concentração: Vigilância em Saúde

PROFISSÕES	Nº DE VAGAS
ENFERMAGEM	três (03)
NUTRIÇÃO	uma (01)
FONOAUDIOLOGIA	uma (01)
FARMÁCIA	duas (02)

1.1.2 Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Gestão e Atenção Hospitalar no Sistema Público de Saúde (Código 1044)

1.1.2.1 Área de concentração: Hemato-oncologia

PROFISSÕES	Nº DE VAGAS
ENFERMAGEM	duas (02)
PSICOLOGIA	uma (01)
NUTRIÇÃO	uma (01)
SERVIÇO SOCIAL	uma (01)
FONOAUDIOLOGIA	uma (01)

FARMÁCIA	uma (01)
TERAPIA OCUPACIONAL	uma (01)

1.1.2.2 Área de Concentração: Mãe Bebê

PROFISSÕES	Nº DE VAGAS
ENFERMAGEM	duas (02)
NUTRIÇÃO	uma (01)
SERVIÇO SOCIAL	uma (01)
FISIOTERAPIA	duas (02)
FONOAUDIOLOGIA	uma (01)
TERAPIA OCUPACIONAL	uma (01)

1.1.2.3 Área de Concentração: Crônico Degenerativo

PROFISSÕES	Nº DE VAGAS
ENFERMAGEM	duas (02)
NUTRIÇÃO	duas (02)
SERVIÇO SOCIAL	uma (01)
FISIOTERAPIA	duas (02)
FONOAUDIOLOGIA	duas (02)
FARMÁCIA	uma (01)
TERAPIA OCUPACIONAL	uma (01)

1.1.3 Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Saúde Mental no Sistema Público de Saúde (Código 1082)

1.1.3.1 Área de Concentração: Saúde Mental

PROFISSÕES	Nº DE VAGAS
ENFERMAGEM	(cinco) 05
PSICOLOGIA	(seis) 06
SERVIÇO SOCIAL	(quatro) 04
TERAPIA OCUPACIONAL	(quatro) 04

2.2 Programas de Residência em Área Profissional da Saúde/Medicina Veterinária, área de concentração e vagas:

2.2.1 Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária: Clínica Médica de Pequenos Animais (código 1083)

2.2.1.1 Área de Concentração: Clínica Médica de Pequenos Animais

PROFISSÃO	Nº DE VAGAS
Médico Veterinário	duas (02)

2.2.2 Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária: Cirurgia e Anestesiologia (código 1084)

2.2.2.1 Área de concentração: Cirurgia

PROFISSÃO	Nº DE VAGAS
Médico Veterinário	duas (02)

2.2.2.2 Área de concentração: Anestesiologia

PROFISSÃO	Nº DE VAGAS
Médico Veterinário	duas (02)

2.2.3 Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária: Patologia Clínica (código 1085)

2.2.3.1 Área de concentração: Patologia Clínica

PROFISSÃO	Nº DE VAGAS
Médico Veterinário	duas (02)

2.2.4 Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária: Diagnóstico por Imagem (código 1086)

2.2.4.1 Área de concentração: Diagnóstico por Imagem

PROFISSÃO	Nº DE VAGAS
Médico Veterinário	duas (02)

2.2.5 Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária: Clínica de Grandes Animais (código 1087)

2.2.5.1 Área de concentração: Clínica de Grandes Animais

PROFISSÃO	Nº DE VAGAS
Médico Veterinário	duas (02)

2.2.6 Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária: Medicina Veterinária Preventiva (código 1088)

2.2.6.1 Área de concentração: Medicina Veterinária Preventiva

PROFISSÃO	Nº DE VAGAS
Médico Veterinário	(quatro) 04

2 INSCRIÇÃO DO CANDIDATO

2.1 A inscrição será feita via Internet, no endereço eletrônico www.ufsm.br/prpqq, menu “EDITAIS”, submenu “Editais de Seleção”, sendo esta a única modalidade de inscrição aceita;

2.2 Selecione o edital no qual deseja se inscrever e clique em “Para acessar o sistema de inscrições clique aqui”, abrirá – Inscrições de Eventos e informações. A seguir clique na opção desejada;

2.3 Após preencher os dados pessoais, clicar em avançar, abrirá uma tela para confirmar a inscrição, clique em efetuar a inscrição. Após aparecerá à tela pré-inscrição realizada com sucesso. Nesta mesma tela, aparecerá o link “Gerar GRU” (Guia de Recolhimento da União), clique sobre a figura da GRU para gerar e imprimir o boleto para pagamento. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 56,00 (GRU) e **somente será aceito pelo Banco do Brasil até o dia 04 de janeiro de 2013**, conforme expediente bancário;

2.3.1 Ressaltamos que é de responsabilidade exclusiva do candidato a conferência dos códigos gerados na Guia de Recolhimento da União – GRU **no ato do pagamento. O Número de Referência gerado pelo sistema identifica o pagamento realizado pelo candidato.** Se houver inconsistência, o pagamento não será identificado e, como consequência, a pré-inscrição do candidato será INDEFERIDA. Caso no momento do pagamento da inscrição seja solicitado o número de referência, preencha corretamente o número de referência com o número gerado pelo sistema de inscrições.

2.3.2 Não será aceito agendamento de pagamento como comprovante de pagamento da taxa de inscrição;

2.3.3 Caberá ao candidato realizar a consulta no sistema de inscrições através do **número gerado na pré-inscrição**, para verificar a sua situação em relação ao comprovante de inscrição. Caso a situação

continue como “pré-inscrição” conferir todos os campos impressos na GRU com o comprovante de pagamento. Havendo algum campo incorreto no comprovante de pagamento entrar em contato urgente com a agência bancária onde o pagamento foi efetuado. O candidato que não possuir o número da pré-inscrição para fins de consulta, poderá solicitar através do e-mail cpg.prggp@ufsm.br, indicando o nome completo, curso.

2.4 A inscrição somente será efetivada após a confirmação do pagamento da taxa de inscrição, a qual não será restituída. Esta confirmação será NO MÍNIMO de 48 horas após o pagamento da GRU;

2.4.1 A PRPGP divulgará no site www.ufsm.br/prpgp no dia **09 de janeiro de 2013** a relação dos candidatos que efetuaram o pagamento da taxa de inscrição no período determinado neste edital. O candidato que não constar nesta relação deverá **entregar**, nos dias **09 e 10 de janeiro de 2013, na PRPGP, Prédio da Reitoria, 7º andar, sala 721**, a ficha de pré inscrição, a Guia de Recolhimento de Governo – GRU e o **comprovante original de pagamento** efetuado no período previsto no edital para fins de verificação. No caso de o candidato não entregar pessoalmente a documentação solicitada nomear um procurador para tal. No dia **11 de janeiro de 2013** será divulgada a relação final dos candidatos que efetuaram o pagamento da taxa de inscrição.

2.5 Solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição:

2.5.1 De acordo com o Decreto n. 6.593, de 2 de outubro de 2008, fará jus à isenção total de pagamento da taxa de inscrição o candidato que, cumulativamente:

a) comprovar inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, de que trata o Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007, por meio de indicação do Número de Identificação Social (NIS) do candidato, constante na base do CadÚnico existente no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e

b) for membro de “família de baixa renda”, nos termos do Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007.

2.5.2 A isenção deverá ser solicitada durante a inscrição, via Internet, **no período de 11 a 20 de dezembro de 2012**, quando o candidato deverá, obrigatoriamente, preencher os campos, no qual deverá indicar seu Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo CadÚnico.

2.5.3 Para a concessão da isenção de taxa de inscrição, é de suma importância que os dados pessoais informados no ato da pré-inscrição sejam idênticos aos que foram informados no CadÚnico. Caso o candidato esteja com divergências cadastrais, o Sistema de Isenção de Taxa de Inscrição (SISTAC) da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) negará a solicitação de isenção.

2.5.4 O simples preenchimento dos dados, necessários para a solicitação da isenção de taxa de inscrição, durante o período determinado, via Internet, não garante ao interessado a isenção do pagamento da taxa de inscrição e efetivação da inscrição no processo seletivo, visto que, além dos

procedimentos previstos nos itens anteriores, o candidato também deverá atender as condições para inscrição previstas nas presentes Instruções Específicas ou Editais ou Normas de cada Curso, a fim de conseguir o deferimento da sua solicitação de inscrição.

2.5.5 Os candidatos que solicitarem isenção do pagamento de taxa de inscrição deverão consultar o resultado de sua solicitação pela Internet, no endereço eletrônico <http://www.ufsm.br/prpgp> - RESULTADOS, a partir do dia **27 de dezembro de 2012**.

2.5.6 Os candidatos cujas solicitações de isenção do pagamento de taxa de inscrição tiverem sido indeferidas poderão imprimir o boleto bancário, pelo número da Pré-Inscrição, e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data limite para a inscrição neste Edital.

2.5.7 Não haverá recurso contra o indeferimento da solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição.

2.5.8 A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PRPGP não se responsabilizará se o candidato não conseguir completar o preenchimento da ficha de inscrição por motivo de falhas no sistema e/ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como de outros fatores técnicos que impossibilitem o processamento das informações. Por isso, a PRPGP sugere que os candidatos não deixem para fazer sua inscrição nos últimos dias;

2.5.9 As Comissões de Seleção de cada Curso de Pós-Graduação poderão indeferir as inscrições que não atenderem a todos os requisitos e exigências descritas nesse edital ou estejam em desacordo com a legislação pertinente.

3 ETAPAS DA SELEÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO

3.1 A seleção compreenderá de duas fases:

3.1.1 (**primeira fase**): exame de conhecimentos mediante aplicação de prova escrita objetiva, de caráter **eliminatório** e de peso oito (8,0), não podendo, o candidato zerar nenhum dos blocos constitutivos, descritos na seqüência deste edital.

3.1.2 (**segunda fase**): análise de produção curricular, de peso dois (2,0).

3.2 O número de candidatos selecionados para a segunda fase será equivalente ao triplo do número de vagas ofertadas, por profissão, na área de concentração de cada Programa.

3.3 **A primeira fase da seleção (prova escrita)** compreende os seguintes elementos:

3.3.1 A realização da prova escrita será no **dia 20 de Janeiro de 2013**, com início às **8h30min e término às 12h30min**. Os locais de realização da prova serão divulgados no site www.ufsm.br/residenciamulti, menu “Programas”, submenu “Processo Seletivo”.

3.3.2 O conteúdo da prova escrita, será distribuído em blocos temáticos, com pesos diferenciados, conforme distribuição do quadro abaixo:

3.3.2.1 Para os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde

BLOCO DE QUESTÕES	SUB-PESO	BLOCOS TEMÁTICOS
Bloco A: da 1ª à 19ª questão	5	Temas comum a todos candidatos de todos os programas e áreas de concentração (Eixo transversal)
Bloco B: da 20ª à 38ª questão	3	Temas referentes à Área de Concentração de cada programa em que o candidato está inscrito
Bloco C: da 40ª à 57ª questão	2	Temas relativos ao Núcleo profissional do candidato na respectiva área de concentração.

3.3.2.2 Para os Programas de Residência em Área Profissional da Saúde/Medicina Veterinária

BLOCO DE QUESTÕES	SUB-PESO	BLOCOS TEMÁTICOS
Bloco A: da 1ª à 25ª questão	7	Temas referentes à Área de Concentração de cada programa em que o candidato está inscrito
Bloco B: da 26ª à 50ª questão	3	Temas comum a todos candidatos de todos os programas e áreas de concentração (Eixo transversal)

3.3.3 Para a realização da prova, deverão ser observados os seguintes critérios:

- a) Os candidatos deverão se apresentar no local da prova com antecedência de 30 minutos, munidos de carteira de identidade com foto;
- b) O candidato que não apresentar carteira de identidade original, no dia de realização da prova escrita, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido no máximo, há noventa dias. Neste caso o candidato será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio;
- c) Durante a realização da prova não será permitida: a comunicação entre os candidatos; a utilização de aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular e máquina fotográfica; a utilização de livros, anotações impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive; o afastamento da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal; o afastamento da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas; a não entrega do material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- d) O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização da prova escrita deverá enviar o laudo médico original ou cópia autenticada em cartório que justifique o atendimento especial solicitado, via correio (sedex), com data e carimbo de postagem até o dia **12 de janeiro de 2013**, para o endereço: Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Avenida Roraima nº 1000, Secretaria da Coordenação do Programa de Residência Multiprofissional, sala 1356, prédio 26, Cidade Universitária, Bairro Camobi, CEP 97.105-900, Santa Maria, RS. A solicitação de recursos especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

e) A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova escrita, deverá solicitar atendimento especial e anexar junto aos demais documentos necessários para a inscrição, cópia da Certidão de Nascimento da criança. A candidata deverá levar um acompanhante, que será responsável pela guarda da criança, a qual ficará em local definido pela Comissão de Seleção. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova;

f) A relação dos candidatos com atendimento especial deferido será divulgada nos sites eletrônicos www.ufsm.br e www.ufsm.br/residenciamulti (menu “Programas”, submenu “Processo Seletivo”), quando da divulgação das inscrições homologadas;

g) O candidato com questionamento sobre alguma questão da prova poderá registrar em formulário específico, disponibilizado pelo fiscal e entregá-lo na saída da prova, por ocasião da entrega do cartão resposta e caderno prova.

3.3.4 A publicação do gabarito da prova escrita será no dia 21 de Janeiro de 2013, após 12 horas, no site www.ufsm.br/residenciamulti, menu “Programas”, submenu “Processo Seletivo”

3.3.5 Se houver questão da prova escrita anulada, pela Comissão de elaboração da prova escrita, os pontos correspondentes às mesmas não serão computados a nenhum dos candidatos.

3.3.6 Em caso de empate entre notas de candidatos referentes a primeira fase (prova escrita) serão utilizados os seguintes critérios de desempate para os programas:

a) Para Programas de Residência Multiprofissional em Saúde	b) Para os Programas de Residência Área Profissional da Saúde/Medicina Veterinária
1º critério: maior nota no bloco A	1º critério: maior nota no bloco A
2º critério: maior nota no bloco B	2º critério: maior nota no bloco B
3º critério: maior nota no bloco C	3º critério: maior idade
4º critério: maior idade	-----

3.3.7 A relação dos candidatos selecionados para a segunda etapa será divulgada até 23 de janeiro de 2013, no site: www.ufsm.br/residenciamulti, menu “Programas”, submenu “Processo Seletivo”

3.4 A segunda fase da seleção (análise da produção curricular) será realizada a partir dos seguintes elementos:

3.4.1 A análise de produção curricular será pautada em critérios específicos, restrita apenas aos itens pontuados na parte III do anexo 02;

3.4.2 O valor atribuído a cada item da produção curricular observará rigorosamente a classificação descrita na parte III do formulário em anexo (anexo 02);

3.4.3 Os candidatos selecionados para a segunda etapa deverão enviar (via SEDEX) a seguinte documentação:

a) Cópia do Diploma de Graduação ou, na ausência deste, Atestado de Formando ou Certificado de Conclusão do Curso para o segundo semestre de 2012, sendo aceita a finalização do segundo semestre do ano letivo de 2012 até 03 de março de 2013;

b) Cópia da Carteira de Identidade;

c) Formulário de informações curriculares, (parte I e parte II) do modelo em anexo 02

d) Descrição da produção curricular, (parte III) do modelo em anexo 02 incluindo comprovantes das atividades declaradas;

d.1) Os comprovantes deverão ter sua numeração correspondente na margem superior (escrita a caneta), conforme a sequência listada no formulário de produção curricular em anexo 02 (parte III),

d.2) Não será pontuado documentos de produção curricular que não seja restrita aos itens do formulário anexo 02 (parte III),

d.3) Os documentos referentes ao anexo 02 (parte I, II, III e comprovantes) devem ser encadernados ou grampeados.

3.4.4 A documentação referente à segunda fase do processo seletivo deverá enviada nos **dias 24 e 25 de janeiro de 2013**, via SEDEX para o endereço: Universidade Federal de Santa Maria, Avenida Roraima nº1000, Secretaria da Coordenação do Programa de Residência Multiprofissional, sala 1356, prédio 26, UFSM, Cidade Universitária, Bairro Camobi, CEP 97.105-900, Santa Maria, RS

3.4.4.1 A documentação deverá ser acondicionada em envelope pardo (além do envelope de SEDEX) identificado com informações registradas conforme modelo do quadro abaixo. A responsabilidade pela documentação é exclusivamente do candidato.

NOME DO CANDIDATO: _____ NºInscrição: _____
NOME DO PROGRAMA INSCRITO _____
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO _____
PROFISSÃO (no caso dos programas de residencia multiprofissional): _____

3.4.4.2 O candidato que não enviar todos os documentos listados no item 3.4.3 terá pontuação zero nesta segunda fase da seleção.

4. CLASSIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO FINAL DO CANDIDATO

4.1.1. A classificação final será por ordem de nota - somatório entre nota da prova escrita (peso 8,0) e nota da prova de títulos (peso 2,0).

4.1.2 Se houver empate de nota final entre candidatos serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

1º critério: maior nota na primeira fase (prova escrita)
2º critério: maior idade

4.1.3 A relação final dos candidatos classificados será divulgada até o dia **05 de fevereiro de 2013**, na página da PRPGP (www.ufsm.br/prpgp).

4.1.4 O candidato poderá interpor recurso administrativo até dez dias corridos, contados a partir da divulgação do resultado na página da PRPGP (www.ufsm.br/prpgp). Nesse caso, o candidato deve abrir processo administrativo no Departamento de Arquivo Geral (Protocolo) da UFSM, para o endereço: Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Avenida Roraima nº 1000, Secretaria da Coordenação do Programa de Residência Multiprofissional, sala 1356, prédio 26, Cidade Universitária, Bairro Camobi, CEP 97.105-900, Santa Maria, RS

5. SOLICITAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO DA VAGA, ENTREGA OU POSTAGEM DOS DOCUMENTOS DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

5.1 O candidato classificado deverá confirmar sua vaga no período de **18 a 22 de fevereiro de 2013**, através do endereço eletrônico www.ufsm.br/derca, utilizando o número de inscrição gerado no comprovante de inscrição como login e a data de nascimento (formato DDMMAAAA) como senha, conferindo, completando e, se necessário, corrigindo os dados apresentados. Confirmar as informações, imprimir e assinar o comprovante de solicitação de confirmação da vaga.

5.2 A documentação deverá ser enviada no período de **18 a 22 de fevereiro de 2013**, pelo correio (SEDEX) com data e carimbo de postagem ou entregue, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, no endereço:

Universidade Federal de Santa Maria Departamento de Registro e Controle Acadêmico – DERCA Av. Roraima, n. 1000 Prédio da Administração Central, 3º andar, sala 336 Campus da UFSM, Bairro Camobi - Santa Maria/RS - CEP 97105-900

5.2.1 No espaço do remetente deverá obrigatoriamente constar as seguintes informações:

Nome completo do candidato; Programa de Residência e respectiva Área de Concentração pretendida; Endereço completo: rua ou avenida, número, complemento, bairro, cidade, estado e CEP

5.2.2 Documentos necessários para todos os candidatos classificados:

5.2.2.1 Candidato brasileiro:

a) Uma fotografia recente 3x4 ou 5x7 (escanear e inserir no sistema de solicitação de confirmação da vaga, via internet no site: www.ufsm.br/derca);

b) Cópia da Cédula de Identidade Civil ou Militar (com validade indeterminada);

- c) Cópia do CPF;
- d) Cópia do Título Eleitoral (bem legível);
- e) Cópia da comprovação da situação militar (para os homens);
- f) Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento (bem legível);
- g) Cópia do Diploma de Graduação ou, na ausência deste:
 - g.1) Atestado de Formando ou Certificado de Conclusão do Curso para o segundo semestre de 2012, sendo aceita a finalização do segundo semestre do ano letivo de 2012 até 03 de março de 2013;
 - g.2) Atestado de Provável Formando, para o segundo semestre de 2012, sendo aceita a finalização do segundo semestre do ano letivo de 2012 até 03 de março de 2013, com data de colação de grau até 30 de março de 2013.
- h) Comprovante de solicitação de confirmação da vaga, impresso e assinado.

5.2.2.2 Candidato estrangeiro:

- a) Uma fotografia recente 3x4 ou 5x7 (escanear e inserir no sistema de solicitação de confirmação da vaga, via internet no site: www.ufsm.br/derca);
- b) Cópia do Passaporte;
- c) Visto temporário e registro junto à Polícia Federal;
- d) Comprovante de solicitação de confirmação da vaga, impresso e assinado;
- e) Cópia do Diploma de Graduação ou Curso Superior para candidatos classificados;

5.4. Chamada de suplentes: o Candidato classificado que não confirmar a vaga no período de **18 a 22 de fevereiro de 2013, perderá a vaga**. O Departamento de Registro e Controle Acadêmico - DERCA divulgará no prazo de cinco dias úteis, através de Edital e no site www.ufsm.br a relação dos candidatos chamados na condição de suplentes, de acordo com o Programa.

6 REALIZAÇÃO MATRÍCULA:

6.1 A matrícula dos candidatos classificados que efetuaram a solicitação da confirmação da vaga no período de acordo com o item 5, será realizada nos dias **27 e 28 de fevereiro de 2013**, em horários e locais a serem publicados no site: www.ufsm.br/residenciamulti, menu "Programas", submenu "Processo Seletivo"

6.2 O candidato classificado e apto a matricular-se deverá entregar no ato da matrícula, cópia dos seguintes documentos:

- a) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional ou comprovante de encaminhamento deste documento com numeração da identidade correspondente.;
- b) Termo de Compromisso, conforme modelo a ser disponibilizado no site www.ufsm.br/residenciamulti, menu "Programas", submenu "Processo Seletivo"

c) Apresentação de Apólice de Seguro contra acidentes pessoais, contratado pelo residente.

6.2.1 O residente deverá entregar, na Secretaria da Coordenação do Programa de Residência Multiprofissional, o comprovante de residência no município de Santa Maria, até 60 dias após a matrícula;

6.3. Chamada de suplentes:

6.3.1 O candidato classificado que não realizar a matrícula nos dias **27 e 28 de fevereiro de 2013**, perderá a vaga. O Departamento de Registro e Controle Acadêmico - DERCA divulgará no prazo de cinco dias úteis, através de Edital e no site www.ufsm.br o nome do candidato suplente em ordem de classificação.

6.3.2 Em caso de desistência do residente matriculado até 30 dias após início das aulas do Programa de Residência Multiprofissional, a vaga será preenchida por candidato classificado como suplente na mesma profissão, área de concentração e Programa. O Departamento de Registro e Controle Acadêmico - DERCA divulgará no prazo de cinco dias úteis, através de Edital e no site www.ufsm.br o nome candidato suplente. Caso não haja suplente classificado a vaga não será preenchida.

7 ALTERAÇÃO DO EDITAL: adendos, correções ou novos Editais, sempre que necessários, serão publicados em jornal de circulação local e no site www.ufsm.br , www.ufsm.br/prpgp e www.ufsm.br/residenciamulti (menu "Programas", submenu "Processo Seletivo);

8 As informações contidas neste Edital são de inteira responsabilidade da Coordenação do Colegiado dos Programas de Residência Multiprofissional e em área Profissional da Saúde (COREMU/UFSM). Os processos seletivos serão realizados sob a responsabilidade das Comissões de Seleção, indicadas pela COREMU/UFSM e orientados pela regulamentação vigente das seguintes instancias institucionais: Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS-MEC); Pro-reitoria de pós-graduação da UFSM e COREMU/UFSM.

9 As Comissões de seleção poderão indeferir inscrições, que não atendam a todos os requisitos e exigências deste edital.

10 INÍCIO DAS AULAS: dia **01 de março de 2013**

12 RETIRADA DOS DOCUMENTOS: após a seleção, os candidatos não classificados terão um prazo de trinta dias, a contar da divulgação do resultado final, para retirar a documentação, junto às Coordenações dos Cursos de Pós-graduação.

Vânia Maria Figuera Olivo
Coordenadora da COREMU/UFSM

Carlos Alberto Ceretta
Pró-Reitor Adjunto

ANEXO 01

BIBLIOGRAFIAS REFERENTES À PRIMEIRA ETAPA DA SELEÇÃO (PROVA ESCRITA)

I BIBLIOGRAFIAS DE REFERENCIA PARA OS PROGRAMAS DE RESIDENCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE

1.1 Bibliografia BLOCO A: referente aos **TEMAS COMUM** (Eixo Transversal) a todos candidatos:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. Caderno de Informações para a Gestão Interfederativa no SUS. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Articulação Interfederativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caderno_040712.pdf Acesso em: 05 dez. 2012.

_____.Ministério da Saúde DECRETO Nº 7508, de 28/06/2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm

_____.Ministério da Saúde PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

_____.Ministério da Saúde PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010 Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/decretos.html>

_____.Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____.Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_compartilhada.pdf

_____.Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e da Gestão. Disponíveis em: <http://www.saude.coap.mp.gov.br/arquivos>

_____.Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de planejamento do SUS : uma construção coletiva : perfil da atividade do planejamento no Sistema Único de Saúde : resultados da pesquisa – esfera municipal / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. – Brasília : Ministério da Saúde, 2008.142 p. : il. - (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Cadernos de Planejamento; v. 5)

_____.Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria_1996-de_20_de_agosto-de-2007.pdf

_____.Portarias nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006 e Portaria nº. 325/GM, de 21 de fevereiro de 2008. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtg399_20060222.pdf e <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2008/GM/GM-325.htm>.

_____.Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf

_____.Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 27 ed.- São Paulo: Saraiva, 2001. Título VIII, da ordem social, art. 194 a 200. Disponível em: www.planalto.gov.br/.../Constituicao/constituicao_compilado.htm

CAMPOS, G.,W. Cogestão e neoartesanato: elementos conceituais para repensar o trabalho em saúde combinando responsabilidade e autonomia.Ciência & Saúde Coletiva, 15(5):2337-2344, 2010

_____. Clínica e Saúde Coletiva compartilhadas: Teoria Paidéia e Reformulação Ampliada do trabalho em Saúde. Disponível em: WWW.gastaowagner.com.br

_____.Romance de Formação de um Sanitarista: Um Estudo de Caso.. Disponível em: www.gastaowagner.com.br

_____.Saúde Pública e Saúde Coletiva: Campo e núcleo de Saberes e Práticas... Disponível em: www.gastaowagner.com.br

_____.Saúde Paideia. Edit. Hucitec, São Paulo, 2003 (livro185 pag)

CAMPOS, G.W. de S.; AMARAL, M. A. do. Clínica Ampliada e Compartilhada, a gestão democrática e redes de atenção como referenciais teórico-operacionais para a reforma do hospital. Ciênc. saúde coletiva vol.12 nº.4. Rio de Janeiro July/Aug. 2007.

CARVALHO, A,I; BUSS, P. M. Determinantes Sociais na Saúde, na Doença e na Intervenção - In: Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Organiz. Lígia Giovanella, Sarah Escorel, Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato et. al. Rio de Janeiro- Ed. FIOCRUZ, 2008.

CARVALHO, S.R.; CUNHA, G.T. A Gestão da Atenção na Saúde: Elementos para Pensar a Mudança da Organização na Saúde In: Campos, G. W. de S. et al (Orgs). Tratado de Saúde Coletiva. 2ed São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008 PEDUZZI, Marina.

CARVALHO, Y.; CECCIN, R.B. Formação e Educação em Saúde: Aprendizados com Saúde Coletiva. In: Campos, G. W. de S. et al (Orgs). Tratado de Saúde Coletiva. 2ed São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia Revista de Saúde Pública, 2001;35(1):103-9 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v35n1/4144.pdf>

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011 549 p. <http://apsredes.org/site2012/wp-content/uploads/2012/03/Redes-de-Atencao-mendes2.pdf>

MENDES, E.V. As Redes de atenção à Saúde. Ver. Ciência e Saúde Coletiva vol 15, nº5, RJ, agost, 2010.

MERHY, E. E. A /saúde Pública como Política. Disponível em: <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy>.

_____. A. Agir em Saúde- um desafio para o público.. Disponível em: <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy>

_____.A. Integralidade do Cuidado como eixo da Gestão hospitalar. Disponível em: <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy>

_____.A. O ato de Cuidar: a alma dos serviços públicos de saúde? Disponível em: <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy>

_____.A. O SUS e um dos seus dilemas: Mudar a Gestão e a lógica do processo de trabalho em saúde (um ensaio sobre a micropolítica do trabalho vivo.. in: <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy>.

_____.Planejamento como tecnologia de gestão: Tendências e debates do planejamento em saúde no Brasil. In: Razão e Planejamento: Reflexões sobre Política, Estratégia e Liberdade E. Gallo, org.), pp. 117-119, São Paulo: Editora Hucitec/Rio de Janeiro: ABRASCO

MATTOS, Ruben Araujo de. (Re)visitando alguns elementos do enfoque situacional: um exame crítico de algumas das contribuições de Carlos Matus. Ciênc. saúde coletiva vol.15 no.5 Rio de Janeiro Aug. 2010

PAIM, Jairnilson s. Planejamento em Saúde para não especialistas. In: Campos, G. W. de S. et al (Orgs). Tratado de Saúde Coletiva. 2ed São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

OLIVEIRA, G.N. Apoio matricial como tecnologia de gestão e articulação em rede. In: G,W,C: G, A,V, P (orgs) Manual de Práticas de Atenção Básica: saúde ampliada e Compartilhada. Saõ Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

1.2 Bibliografia BLOCO B: referente ao temas específicos para cada ÁREA DE CONCENTRAÇÃO em que o candidato está inscrito

A.C.: HEMATO-ONCOLOGIA

Resolução RDC nº 220, de 21 de setembro de 2004. Aprova o Regulamento Técnico de funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica. D.O.U. - Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 23 de setembro de 2004. ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <http://pnass.datasus.gov.br/documentos/normas/121.pdf>

Portaria nº 2.439/GM, de 08 de dezembro de 2005, Institui a Política Nacional de Atenção Oncológica: promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília DF, n. 76, 09 dez. 2005. Seção 1, páginas 80-81.

Ações de enfermagem para o controle do câncer: uma proposta de integração ensino-serviço. / Instituto Nacional de Câncer. – 3. ed. rev. atual. ampl. – Rio de Janeiro: INCA, 2008. 628 p. Páginas 23 à 45; 141 à 154. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/enfermagem/index.asp>

CAPÍTULO 8: O INCA, o SUS e os desafios da saúde pública brasileira, página 141 em: Teixeira, Luiz Antonio (Coord.). De Doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do Câncer no Brasil / Luiz Antonio Teixeira; Cristina M. O. Fonseca.- Rio de Janeiro : Ministério da Saúde, 2007. 172 p.. Páginas 141 à 168. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/doenca_desconhecida_saude_publica.pdf

Aderência do paciente: guia para profissionais de saúde. As cinco dimensões da aderência. Instituto Estadual de Hematologia. Rio de Janeiro. Edição revisada 02/2010. HEMORIO. 26 p. Disponível em: http://www.hemorio.rj.gov.br/html/pdf/manuais_2011/Manual_Aderencia.pdf

A.C.: MAE-BEBE

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 930, de 10 de maio de 2012. Define as diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sauolegis/gm/2012/prt0930_10_05_2012.html

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada. Brasília, Distrito Federal, 2006. Disponível em http://dtr2001.sau.gov.br/editora/producao/livros/pdf/05_0151_m.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Além da sobrevivência: práticas integradas de atenção ao parto, benéficas para a nutrição e a saúde de mães e crianças / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/002.pdf>

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Política Nacional de atenção integral à saúde da mulher: Princípio e diretrizes – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/135.pdf>

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Saúde da mulher: um diálogo aberto e participativo. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/120.pdf>

_____. Ministério da Saúde. Assistência em Planejamento Familiar. 4ª ed. 2002. Disponível em <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf>

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Parto, Aborto e Puerpério. Assistência Humanizada à Mulher. Ministério da Saúde/FEBRASGO/ABENFO. Brasília, DF, 2001. Disponível em http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_13.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Além da sobrevivência: práticas integradas de atenção ao parto, benéficas para a nutrição e a saúde de mães e crianças / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/002.pdf>

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e sífilis. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em http://hivaidsclearinghouse.unesco.org/search/resources/bie_ministerio_da_saude_protocolo_prevencao_de_transmissao_vertical_de_hiv_sifilis_po.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em http://www.telessaudebrasil.org.br/lidbi/docsonline/8/1/118CAB_23_Saude_da_Crianca_em_01_06_09.pdf

A.C.: CRÔNICO-DEGENERATIVO

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_Acesso_em_28/12/2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes e recomendações para o cuidado integral de doenças crônicas não transmissíveis: promoção da saúde, vigilância, prevenção e assistência / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 72 p. – (Série B. Textos Básicos de Atenção à Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. <http://portal.sau.gov.br/portal/arquivos/pdf/volume8livro.pdf>

Organização Pan-Americana de Saúde. Doenças crônico-degenerativas e obesidade: Estratégia mundial sobre alimentação saudável, atividade física e saúde. Brasília, 2003. http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/d_cronic.pdf Acesso em 02/01/2010

BRASIL. Ministério da Saúde. A vigilância, o controle e a prevenção das doenças crônicas não transmissíveis: DCNT no contexto do Sistema Único de Saúde brasileiro /Brasil. Ministério da Saúde – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/DCNT.pdf> acesso em 04/01/2010

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. –Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 58 p. –(Cadernos de Atenção Básica; 16) (Série A. Normas Manuais Técnicos) http://dtr2004.sau.gov.br/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd15.pdf -acesso em 04/01/10

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Estratégia e plano de ação regional para um enfoque integrado à prevenção e controle das doenças crônicas, inclusive regime alimentar, atividade física e saúde. Washington. p 46. 2007. <http://www.paho.org/portuguese/ad/dpc/nc/reg-strat-cncds.pdf>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Cuidados inovadores para condições crônicas: componentes estruturais de ação. p 105,

2003. http://www.saude.es.gov.br/download/CUIDADOS_INOVADORES_DAS_CONDICoes_CRONICAS.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Redes de produção de saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/redes_producao_saude.pdf

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Secretaria de Vigilância em Saúde-Departamento de Análise de Situação de Saúde. Guia Metodológico de Avaliação e Definição de Indicadores Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Rede Carmen. p 230. 2007. http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/guia_rede_carmen.pdf

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022 / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 160 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

A.C.: ATENÇÃO BÁSICA/ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

BRASIL, Ministério da Saúde PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011 Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

BRASIL, Ministério da Saúde PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010 Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/decretos.html>

ANDRADE, L.O.M et al. Atenção Primária à Saúde e Estratégia de Saúde da Família. In: Campos, G. W. de S. et al (Orgs). Tratado de Saúde Coletiva. 2ed São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008 PEDUZZI, Marina.

CAMPOS, G.W. et al. Reflexões sobre Atenção Básica e a Estratégia de Saúde da Família. In: G,W,C: G, A,V, P (orgs) Manual de Práticas de Atenção Básica: saúde ampliada e Compartilhada. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

CAMPOS, G.W.. Reflexões sobre Clínica Ampliada em Equipes de Saúde da Família. Disponível em: <http://www.gastaowagner.com.br>

CAMPOS, G.W. Reflexões Temáticas sobre Equidade e Saúde. Disponível em: <http://www.gastaowagner.com.br>

MASSUDA, Adriano. Práticas de Saúde Coletiva na Atenção Primária de Saúde. In: G,W,C: G, A,V, P (orgs) Manual de Práticas de Atenção Básica: saúde ampliada e Compartilhada. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

MATTOS, R.A. Os Sentidos da Integralidade: algumas reflexões acerca de valores que Merecem ser Defendidos. Disponível em: http://www.uefs.br/pepscentroeste/arquivos/artigos/os_sentidos_integralidade.pdf

PINTO, C.A.G.; COELHO, I.B. Co-gestão do processo de trabalho e composição da agenda em uma equipe de atenção básica. In: G,W,C: G, A,V, P (orgs) Manual de Práticas de Atenção Básica: saúde ampliada e Compartilhada. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

PINHEIRO, ROSENI; MATTOS, RUBENS ARAUJO DE (ORGS). Construção da Integralidade. Cotidiano, saberes e praticas em saúde. 2003. 2 ed. IMS – UERJ . ABRASCO. Rio de Janeiro, 1ª reimpressão, 2004.

PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia Revista de Saúde Publica, 2001;35(1):103-9

PINHEIRO, R. MATTOS, R. (Orgs) Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. 6. ed. Rio de Janeiro: IMS/UERJ - CEPESC - ABRASCO, 2001.

A.C.: VIGILANCIA EM SAUDE

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 223 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao_sus_v.4.pdf

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1 / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 320 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao_sus_v.5.pdf

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 104 de 25 de janeiro de 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de Vigilância Epidemiológica/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 816p. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/guia_vigilancia_epidemiologia_2010_web.pdf

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 3.252 de 22 de dezembro de 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria3252_da_vigilancia_em_saude_0501_atual.pdf

_____. Ministério da Saúde. PORTARIA GM/MS nº 2529, de 23 de novembro de 2004. Disponível em: http://www.saude.mg.gov.br/atos_normativos/legislacao-sanitaria/estabelecimentos-de-saude/hospitais/PORTARIA_2529.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica do óbito materno / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 84 p. http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual_obtido_materno.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Rastreamento / Ministério da Saúde,

Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília :Ministério da Saúde, 2010.95 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Primária, n. 29) ISBN 978-85-334-1729-8. http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abacad29.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Saúde Brasil 2010: uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 372p. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cap_1_saude_brasil_2010.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças Infecciosas e parasitárias: guia de bolso/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. 8. Ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 448 p. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/doen_infecciosas_gui_a_bolso_8ed.pdf

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza [ET AL.]. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009. 871p.

MEDRONHO, Roberto A.; Bloch, Katia Vergetti. Epidemiologia – 2ª Ed. Editora: Atheneu, 2008. 790p.

A.C. SAÚDE MENTAL

BRASIL. Lei 10216 de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília -DF, 2001.

_____.Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: a clínica ampliada / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____.PORTARIA/GM Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011(*). Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de saúde (SUS).

_____.PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

_____.Lei nº 8.080. Criação do Sistema Único de Saúde: dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Brasília: Ministério da Saúde, 1990.

_____. Guia prático de matriciamento em saúde mental / Dulce Helena Chiaverini (Organizadora) ...[et al.]. [Brasília, DF: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

_____. (1988). Constituição Federal. Constituição (1988). Brasília, DF: Senado, BRASIL.

_____.Ministério da Saúde. Memória da Loucura. Centro Cultural da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.

_____. (2004). Ministério da Saúde. Saúde mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial. Brasília: Ministério da Saúde.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Atenção a Saúde. Coordenação Nacional DST/AIDS. A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas. 2ª ed. rev. e amp. - Brasília: Ministério da Saúde, 2004b. 64p.

_____. Ministério da Saúde. Portaria 336/GM de 19/02/2002: Normas e Diretrizes para a organização dos serviços que prestam assistência em Saúde Mental. Brasília, DF, 2002 (a).

_____. (2010).Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de Atenção Básica, n. 27. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde.

_____. (1988) In: I Conferência Nacional de Saúde Mental, Brasília. Anais. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível in:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0206_cnsm_relato_final.pdf.

BEZERRA, C.G; DIMENSTEIN, M. Acompanhamento terapêutico na proposta de alta-assistida implementada em hospital psiquiátrico: relato de uma experiência. Psic. Clin., Rio de Janeiro, Vol.21, N.1, P.15 – 32, 2009.

CAMPOS, G.W.S; DOMITTI, A.C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 399-407, 2007.

LEITE, M. da C. Aspectos básicos do tratamento da síndrome de dependência de substâncias psicoativas. 4 ed. reimp. rev. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional Antidrogas, 2003. 27p.

ROCHA, E. C, et al. Os Centros de Atenção Psicossocial e a Reforma Psiquiátrica.

Manual Para Profissionais de Saúde Mental. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. 1ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

OMS – Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas – Coord. Organização Mundial da Saúde; trad. Dorgival Caetano. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997

1.3 BLOCO C: Bibliografia referente ao temas específicos para cada NÚCLEO PROFISSIONAL na respectiva área de concentração em que o candidato está inscrito

► NÚCLEO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

EDUCAÇÃO FÍSICA em Estratégia de Saúde da Família

ALEIDA Filho, N; BARRETO, ML. Epidemiologia & Saúde. Fundamentos, Métodos, Aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

ARAUJO DSMS & ARAUJO CGS. Aptidão física, saúde e qualidade de vida relacionada à saúde em adultos. Revista Brasileira de Medicina do Esporte 6(5):194-203, 2000.

BUSS PM. Promoção de saúde e qualidade de vida. Ciência e Saúde Coletiva 5(1): 163-177, 2000.

FLORINDO AA. Núcleos de Apoio à Saúde da Família e a promoção das atividades físicas no Brasil: de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde 14(1): 72-73, 2009.

FONSECA, AS et al. Nascimento, JV. Pela criação da associação brasileira de ensino da educação física para a saúde: ABENEFS. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde 16(4): 283-288, 2011.

HALLAL, PC et al. Evolução da pesquisa epidemiológica em atividade física no Brasil: revisão sistemática. Revista de Saúde Pública 41(3):453-460, 2007.

NAHAS, MV; DEL LUCA, GF. Atividade física e doenças crônicas: evidências e recomendações para um estilo de vida ativo. Londrina: Midiograf, 2011.

PLOWMAN, SA & SMITH, DL. Fisiologia do Exercício para Saúde, Aptidão e Desempenho. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabar & Koogan, 2010.

► NUCLEO DA ENFERMAGEM

ENFERMAGEM em Estratégia de Saúde da Família

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Estratégia de Saúde da Família. In Atenção primária e promoção da Saúde, vol 3. Brasília:CONASS, 2011.

CASIMIRO, Fabíola M. O. A Atuação do Enfermeiro na Equipe de Saúde da Família e a Satisfação Profissional. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/>

BRASIL, Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/110154-2488.html>

BARATIERI, Tatiane; MARCON, Sonia Silva. Identificando facilidades no trabalho do enfermeiro para o desenvolvimento da longitudinalidade do cuidado. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2011 abr/jun; 19(2):212-7.

CUNHA, G, T. A Construção da Clínica Ampliada na Atenção Básica. São Paulo:Hucitec, 2005.

JONAS, L.T.; RODRIGUES, H.C.; RESCK, Z.M.R. A função gerencial do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família:limites e possibilidades. Rev. APS; 2011; jan/mar; 14(1); 28-38

MATUMOTO, S.; MISHIMA, S.M.; PINTO,I.C. Saúde Coletiva: um desafio para a enfermagem. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 17(1):233-241, jan-fev, 2001 Silva. V,G; Motta.M, C, S; Zeitoune, R.C.Z. A prática do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família: o caso do município de Vitória/ES. Disponível em: http://www.fen.ufg.br/fen_revista/v12/n3/v12n3a04.htm

OLIVEIRA, G. N. O projeto Terapêutico e as mudanças nos modos de produzir saúde. 2ª Ed. Editora Hucitec, 2010.

SCHIMITH, Maria Denise; LIMA, Maria Alice Dias da Silva. O enfermeiro na equipe de saúde da família: estudo de caso Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2009 abr/jun; 17(2):252-6.

ENFERMAGEM em Vigilância em Saúde

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 223 p.Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao_sus_v.4.pdf

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1 / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 320 p. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/para_entender_gestao_sus_v.5.pdf

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 104 de 25 de janeiro de 2011. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de Vigilância Epidemiológica/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 816p. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/guia_vigilancia_epidemiologia_2010_web.pdf

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 3.252 de 22 de dezembro de 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria3252_da_vigilancia_em_saude_0501_atual.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica do óbito materno / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 84 p. http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual_obtido_materno.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Rastreamento / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 95 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Primária, n. 29) ISBN 978-85-334-1729-8. http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad29.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Saúde Brasil 2010: uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 372p. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cap_1_saude_brasil_2010.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças Infecciosas e parasitárias: guia de bolso/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. 8. Ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 448 p. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/doen_infecciosas_guia_bolso_8ed.pdf

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza [ET AL.]. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009. 871p.

MEDRONHO, Roberto A.; Bloch, Katia Vergetti. Epidemiologia – 2ª Ed. Editora: Atheneu, 2008. 790p.

ENFERMAGEM em Saúde Mental

BRASIL. Lei 10216 de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília -DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: a clínica ampliada / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Lei nº 8.080. Criação do Sistema Único de Saúde: dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Brasília: Ministério da Saúde, 1990.

BRASIL. Guia prático de matriciamento em saúde mental / Dulce Helena Chiaverini (Organizadora) ... [et al.]. [Brasília, DF]: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

BEZERRA, C.G; DIMENSTEIN, M. Acompanhamento terapêutico na proposta de alta-assistida implementada em hospital psiquiátrico: relato de uma experiência. Psic. Clin., Rio de Janeiro, Vol.21, N.1, P.15 – 32, 2009.

CAMPOS, G.W.S; DOMITTI, A.C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 399-407, 2007.

LOBOSQUE, A.M (Org). Caderno Saúde Mental / Seminário Saúde Mental: Os Desafios da Formação, Belo Horizonte: ESP-MG. 2010. v.3.

OMS – Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas – Coord. Organização Mundial da Saúde; trad. Dorgival Caetano. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

STEFANELLI, M.C.; FUKUDA, I.M.K.; ARANTES, E.C. Enfermagem Psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. Barueri: Manole, 2008.

BRASIL PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes

Comunitários de Saúde (PACS).

BRASIL. PORTARIA/GM Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011(*) Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

STEFANELLI, M.C.; FUKUDA, I.M.K.; ARANTES, E.C. Enfermagem Psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. Barueri: Manole, 2008. Capítulos: 3, 5, 8, 10, 16, 17, 21, 23, 25, 27, 30, 32, 33, 34 e 35.

LARANJEIRA, Ronaldo et al. Dependência Química - Prevenção, Tratamento e Políticas Públicas. Porto Alegre: Artmed, 2011. Parte V - Populações Especiais (Capítulos: 33 a 37);

ENFERMAGEM em Hemato-oncologia

GATES, M.; FINK, R. M. Segredos em Enfermagem Oncológica (tradução: ZANATTA, Marcela; KALAKUN, Luciane) Porto Alegre: Artmed, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (Brasil). Ações de Enfermagem para o controle do Câncer: uma proposta de integração ensino-serviço. 3. Ed. Atual ampl. Rio de Janeiro: INCA, 2008. 488p Disponível em http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acoes_enfermagem_controle_cancer.pdf acesso em 26/11/12.

PASSOS, P.; CRESPO, A. Enfermagem Oncológica Antineoplásica. São Paulo: Lemar, 2011.

BONASSA, E. M. A.; SANTANA, T. R. Enfermagem em Terapêutica Oncológica. 3. Ed. São Paulo, SP. Atheneu, 2005.

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Educação. ABC do câncer: abordagens básicas para o controle do câncer / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação Geral de Ações Estratégicas, Coordenação de Educação; organização Luiz Claudio Santos Thuler. – 2. Ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Inca, 2012. 129 p. http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/abc_do_cancer_2ed.pdf

Cuidado Paliativo / Coordenação Institucional de Reinaldo Ayer de Oliveira. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, 2008. 689p. http://www.4estacoes.com/pdf/livros_digitalizados/livro_cuidado_paliativo_CRM.pdf

ENFERMAGEM em Crônico-degenerativo

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Caderno de educação popular e saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160 p.: il. color. - (Serie B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caderno_de_educacao_popular_e_saude.pdf

JORGE, S.A; DANTAS, S.R.P.E. Abordagem multiprofissional do tratamento de feridas. São Paulo: Editora Atheneu, 2008. 378p.

MEEKER, H.M.; ROTHROCK, J.C.; Alexander Cuidados de enfermagem ao paciente cirúrgico. [tradução: José Eduardo Ferreira de Figueiredo ET AL.]. 13. ed Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 1272p.

FELDMAN, L. B. Gestão de risco e segurança hospitalar. 2ª ed. São Paulo. Editora Martinari, 2009. 392p.

MALAGÓN-LONDOÑO, G.; MORERA, R.G.; LAVERDE, G.P. Administração Hospitalar. 3.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2010. 519p.

ENFERMAGEM em Mãe-Bebe

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. Vol. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/008.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. Vol. 4. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/011.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011. <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/130.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes : norma técnica / Ministério da Saúde. 3. ed. atual. e ampl., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/138.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Gestaçao de alto risco: manual técnico. 5. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/092.pdf>

Maternidade Segura. Assistência ao Parto Normal: Um Guia Prático (OMS 1996). Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/115.pdf>

► NÚCLEO DA FARMÁCIA

FARMÁCIA em Vigilância em Saúde

BRASIL. Assistência Farmacêutica na Atenção Básica: instruções técnicas para sua organização / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – 2.ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 100 p

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/posuso/farmacovigilancia/>

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 3.916/MS/GM, DE 30 DE OUTUBRO DE 1998. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/legis/consolidada/portaria_3916_98.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Medicamentos 2001/Ministério da Saúde – Brasília : Ministério da Saúde, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA . A Assistência Farmacêutica no SUS / Conselho Federal de Farmácia, Conselho Regional de Farmácia do Paraná -CRF-PR. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2009. 66 p.

GOMES, C. A. P. A assistência farmacêutica na atenção à saúde/ Carlos Alberto Pereira Gomes; Aroldo Leal da Fonseca; Mirthes Castro Machado; Mário Borges Rosa; Maria de Fátima Fassy; Rosa Maria da Conceição e Silva. Colaboração: Francisco José Pacheco dos Santos; Orenzio Soller; Belo Horizonte: Ed. FUNED, 2010. 144 p. Disponível em <http://funed.mg.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/Manual-de-Assist%C3%Aancia-Farmac%C3%AAutica-na-Aten%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Sa%C3%BAde-2010.pdf> ou http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/67/encarte_farmacia_hospitalar.pdf

METODO DADER, Manual de acompanhamento: disponível em: http://www.racine.com.br/pci/downloads/Manual_Metodo_Dader.pdf (2010) acesso em 27/11/2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. A importância da Farmacovigilância / Organização Mundial da Saúde – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2009 link: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2009/res0004_10_02_2009.html

FARMÁCIA em Hemato-oncologia

ABRALE. Manual entendendo a terapia medicamentosa e lidando com os efeitos colaterais. Disponível em [http://abrale.intercomax.com.br/uploads/files/Terapia%20Medicamentosa%20Fase6\(2012\)-Pd.pdf](http://abrale.intercomax.com.br/uploads/files/Terapia%20Medicamentosa%20Fase6(2012)-Pd.pdf) Acesso em 05/12/2012

ALMEIDA, J.R.C. Farmacêuticos em oncologia: Uma nova realidade. Editora Atheneu, 2004. 356p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Medicamentos 2001/Ministério da Saúde – Brasília : Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Resolução - RDC nº 220, de 21 de setembro de 2004. Regulamento Técnico de funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica. D.O.U. - Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 23 de setembro de 2004. ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <http://pnass.datasus.gov.br/documentos/normas/121.pdf>

BRUNTON, L.; PARKER, K.; BLUMENTHAL, D.; BUXTON, I. Goodman & Gilman: Manual de Farmacologia e Terapêutica. Artmed. 1ª ed. 2010. 1220 p.

FUCHS, F. D., WANNMACHER, L. Farmacologia Clínica: Fundamentos da terapêutica racional. 4ª Edição – Editora Guanabara Koogan – 2010

GOMES, C. A. P. A assistência farmacêutica na atenção à saúde/ Carlos Alberto Pereira Gomes; Aroldo Leal da Fonseca; Mirthes Castro Machado; Mário Borges Rosa; Maria de Fátima Fassy; Rosa Maria da Conceição e Silva. Colaboração: Francisco José Pacheco dos Santos; Orenzio Soller; Belo Horizonte: Ed. FUNED, 2010. 144 p. Disponível em <http://funed.mg.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/Manual-de-Assist%C3%Aancia-Farmac%C3%AAutica-na-Aten%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Sa%C3%BAde-2010.pdf> acesso em 27/11/2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. A importância da Farmacovigilância / Organização Mundial da Saúde – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

FARMÁCIA em Crônico-degenerativo

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para o tratamento da hepatite viral crônica C e coinfeções / – Brasília: Ministério da Saúde, 2011; (Serie A. Normas e Manuais Técnicos) Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pcdt_hepatite_c_2011_retificado.pdf acesso em 27/11/2012.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Guia de Tratamento e Recomendações para Profilaxia da Transmissão Vertical do HIV e Terapia Antirretroviral em Gestantes. Brasília: Ministério da Saúde, 2010; 172 p. (Série Manuais, n. 46) Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/recomendacoes_profilaxia_transmissao_vertical_hiv_5ed.pdf acesso em 27/11/2012.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para o tratamento da hepatite viral crônica B e coinfeções / – Brasília: Ministério da Saúde, 2010; 132 p. (Serie A. Normas e Manuais Técnicos) Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pcdt_hepatite_b_coifecoes.pdf, acesso em 27/11/2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo de assistência farmacêutica em DST/HIV/Aids: recomendações do Grupo de Trabalho de Assistência Farmacêutica – Brasília : Ministério da Saúde,

2010. 224 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/protocolo_assistencia_farm_dsthiv aids.pdf, acesso em 27/11/2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Programa Nacional de DST AIDS. Guia de Tratamento e Recomendações para Terapia Antirretroviral em Adultos Infectados pelo HIV manual de bolso 2008 Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 244 p.: Série A. Normas e Manuais Técnicos. Disponível em <http://www.aids.gov.br/publicacao/recomendacoes-para-terapia-antirretroviral-em-adultos-infectados-pelo-hiv-2008>, acesso em 30/12/2011

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Manual de adesão ao tratamento para pessoas vivendo com HIV e Aids / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 130 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Manuais; n. 84).- disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/manual_adesao_tratamento_hiv.pdf, acesso em 27/11/2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Medicamentos 2001/Ministério da Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

GOMES, C. A. P. A assistência farmacêutica na atenção à saúde/ Carlos Alberto Pereira Gomes; Aroldo Leal da Fonseca; Mirthes Castro Machado; Mário Borges Rosa; Maria de Fátima Fassy; Rosa Maria da Conceição e Silva. Colaboração: Francisco José Pacheco dos Santos; Orenzio Soller; Belo Horizonte: Ed. FUNED, 2010. 144 p. Disponível em <http://funed.mg.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/Manual-de-Assist%C3%Aancia-Farmac%C3%AAutica-na-Aten%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Sa%C3%BAde-2010.pdf>, acesso em 27/11/2012.

MACHUCA, M.; FERNÁNDEZ-LLIMÓS, F.; FAUS, M. J. Método DÁDER, Manual de acompanhamento farmacoterapêutico. Disponível em: <http://www.pharmanet.com.br/atencao/metododader.pdf> acesso em 27/11/2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. A importância da Farmacovigilância / Organização Mundial da Saúde – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

► NÚCLEO DA FISIOTERAPIA

FISIOTERAPIA em Estratégia de Saúde da Família

BIENFAIT, M. Bases Elementares Técnicas de Terapia Manual e Osteopatia. 2. Ed. São Paulo: Summus, 1997.

CARVALHO, M.R.C.; TAMEZ, R.N. Amamentação: Bases Científicas. 2 Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DUTTON, M. Fisioterapia Ortopédica: Exame, avaliação e intervenção. 2 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERRANDEZ, J-C; THEYS, S.; BOUCHET, J-Y. Reeducação vascular nos edemas dos membros inferiores. São Paulo: Manole, 2001.

HALL, C.M.; BRODY, L.T. Exercícios Terapêuticos na Busca da Função. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

O'SULLIVAN; SCHIMTZ. Fisioterapia: Avaliação e tratamento. São Paulo: Manole, 2010.

PRENTICE, W.E.; QUILLEN, W.S.; UNDERWOOD, F. Modalidades terapêuticas para fisioterapeutas. 2ªed. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2004.

SOUZA, E.L.B. Fisioterapia Aplicada à obstetrícia, Uroginecologia e Aspectos de Mastologia. 4 Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

FISIOTERAPIA em Crônico-degenerativo

JORNAL BRASILEIRO DE PNEUMOLOGIA. II Consenso Brasileiro sobre Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica. 2004;30 (supl 5)

JORNAL BRASILEIRO DE PNEUMOLOGIA. III Consenso Brasileiro de Ventilação Mecânica; Ventilação mecânica: princípios, análise gráfica e modalidades ventilatórias. 2007; 33(Supl 2): S 54-S 70.

JORNAL BRASILEIRO DE PNEUMOLOGIA. III Consenso Brasileiro de Ventilação Mecânica; Desmame e interrupção da ventilação mecânica. 2007; 33(Supl 2):S 128-S 136.

JORNAL BRASILEIRO DE PNEUMOLOGIA. III Consenso Brasileiro de Ventilação Mecânica; Fisioterapia no paciente sob ventilação mecânica. 2007; 33(Supl 2):S 142-S 150.

PORTO, C. C. Doenças do coração: prevenção e tratamento. 2ª ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2005.

REGENGA, M. M. Fisioterapia em cardiologia: da UTI à reabilitação. Roca: São Paulo, 2000.

SARMENTO, G. J. V. Fisioterapia Respiratória no Paciente Crítico – Rotinas Clínicas. 3ª Ed., 2010. Ed. Manole.

SARMENTO, G. J. V. Fisioterapia Hospitalar – Pré e Pós Operatórios. 1ª Ed., 2008. Ed. Manole.

SCANLAN; G.L.; WILKINS, R. L.; STOLLER; J. K. Fundamentos de Terapia Respiratória de EGAN, 7ª Ed. Ed. Manole.

TARANTINO, A. B. Doenças pulmonares. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

FISIOTERAPIA em Mãe-Bebe

BOBATH, K. Uma base neuro fisiológica para o tratamento da paralisia cerebral. São Paulo. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil / Ministério da Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf

CARVALHO, M.R.; TAMEZ, R.N. Amamentação: bases científicas para a prática profissional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

CORIAT, L.F. Maturação Psicomotora no Primeiro Ano de Vida da Criança. Centauro, 2000.

FERREIRA, C.H.J. Fisioterapia na saúde da mulher: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

KATHERINE T. RATLIFF. Fisioterapia Pediátrica - Clínica Pediátrica. Um guia para a equipe de Fisioterapeutas. Ed. Santos. Sao Paulo. 2002. Partes III e IV.

KUDO, A.M. Fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional em pediatria. São Paulo: Manole, 1997.

MARQUES, A.A.; SILVA, M.P.P.; AMARAL, M.T.P. Tratado de fisioterapia em saúde da mulher. São Paulo: Rocca, 2011.

Organização Pan-Americana da Saúde. Manual para vigilância do desenvolvimento infantil no contexto da AIDPI. Washington, D.C.: OPAS, © 2005. Disponível em www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd61/vigilancia.pdf

POLDEN, M. & MANTLE, J. Fisioterapia em ginecologia e obstetrícia. São Paulo: Santos, 2005.

Resolução COFITO n. 414/2012.Revista trimestral do CREFITO 5. Ano 9, n. 38/abril/maio/junho.2012

SOUZA, E.L.B.L. Fisioterapia aplicada à obstetrícia e aspectos de neonatologia. Belo Horizonte: Health, 2007.

TECKLIN, J. S. Fisioterapia Pediátrica 3a. edição. Porto Alegre. Ed. Artmrd. 2002.

► NÚCLEO DA FONOAUDIOLOGIA

FONOAUDIOLOGIA em Estratégia de Saúde da Família

BAZZO, Leda Maria Fonseca. Privação da oferta de serviços fonoaudiológicos no Sistema Único de Saúde (SUS) e a reforma do Estado: a mediação do debate. R. Ci. Méd. Biol., Salvador, v.6, n.2, p.190-196, mai./ago. 2007.

FERNANDES, Elaine Leal ; CINTRA, Leticia Guedes..A inserção da fonoaudiologia na Estratégia da Saúde da Família: relato de caso Rev. APS, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, , jul./set. 2010.

MAIA, Suzana M. Implicações sociais do trabalho fonoaudiológico na atenção primária à saúde. In: Befi, D. (Org.) Fonoaudiologia na atenção primária à saúde. São Paulo: Lovise; 1997. cap.2.

MARIN, Carla Regina; et al. (2003) Promoção da Saúde em Fonoaudiologia: ações coletivas em equipamentos de saúde e de educação. Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2003;(8)1:35-41 .

MENDES, Vera Lúcia Ferreira - Acesso à Saúde em Fonoaudiologia. In Fonoaudiologia na Atenção Primária à Saúde / organizado por Debora Befi. São Paulo: Editora Lovise, 1997.

MENDES, Vera Lúcia Ferreira. Uma clínica no coletivo - experimentações no Programa de Saúde da Família. São Paulo: Hucitec, 2007.

PENTEADO, Regina Zanella; SERVILHA, Emilse Aparecida Merlin. Fonoaudiologia em saúde pública/coletiva: compreendendo prevenção e o paradigma da promoção da saúde. Distúrbios da comunicação.2004; (16)1: 107-16.

MOLINI-AVEJONAS, Daniela Regina; et al. Núcleos de Apoio à Saúde da Família: conceitos e referências. Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2010;15(3).

FONOAUDIOLOGIA em Vigilância em Saúde

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 1.823, DE 23 DE AGOSTO DE 2012 Disponível em <http://www.bvsm.s.saude.gov.br/saudelegis>.

BAZZO, Leda Maria Fonseca. Privação da oferta de serviços fonoaudiológicos no Sistema Único de Saúde (SUS) e a reforma do Estado: a mediação do debate. R. Ci. Méd. Biol., Salvador, v.6, n.2, p.190-196, mai./ago. 2007.

LENZ, Ana Júlia; et al. Acolhimento, humanização e fonoaudiologia: relato de experiência em Unidade Básica de Saúde de Novo Hamburgo (RS) Boletim da Saúde, Porto Alegre. v.20, n. 2; jul./dez. 2006.

MENDES, Vera Lúcia Ferreira - Acesso à Saúde em Fonoaudiologia. In Fonoaudiologia na Atenção Primária à Saúde / organizado por Debora Befi. São Paulo: Editora Lovise, 1997

MENDES, Vera Lúcia Ferreira. Uma clínica no coletivo - experimentações no Programa de Saúde Da Família. São Paulo: Hucitec, 2007.

MARIN, Carla Regina; et al. (2003) Promoção da Saúde em Fonoaudiologia: ações coletivas em equipamentos de saúde e de

educação. Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2003;(8)1:35-41

MOLINI-AVEJONAS, Daniela Regina; et al. Núcleos de Apoio à Saúde da Família: conceitos e referências. Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2010;15(3):465-74

PENTEADO, Regina Zanella; Servilha, Emilse Aparecida Merlin. Fonoaudiologia em saúde pública/coletiva: compreendendo prevenção e o paradigma da promoção da saúde. Distúrbios da comunicação.2004; (16)1: 107-16

SANTANA, M.C.C. P. et al. Fonoaudiologia e saúde do trabalhador: vigilância é informação para ação. Rev. CEFAC. 2009 Jul-Set; 11(3):522-528.

FONOAUDIOLOGIA em Hemato-oncologia

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Medidas de controle de infecção para Fonoaudiólogos- Manual de Biossegurança. 8º Colegiado, Brasília, 2007.

FREITAS, D.A. et al . Sequelas bucais da radioterapia de cabeça e pescoço. Rev. CEFAC, São Paulo, v. 13, n. 6, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v13n6/161-10.pdf> Acesso em: 29/11/2012.

FURIA, C.L.B. Disfagias Mecânicas. IN: FERNANDES, F.D.M.;MENDES,B.C.A.;NAVAS,A.L.P.G. Tratado de Fonoaudiologia. 2ª. ed.São Paulo.Roca,2009.

GIELOW. I.Reabilitação Fonoaudiológica da Disfagia em Pós-Operatório de Cirurgia de Cabeça e Pescoço.IN: FURKIM, A. M.; SANTINI, C.S. Disfagias Orofaringeas. São Paulo, Pró-Fono, 2008.

JOTZ, G.P.et al Traqueostomias e Sondas Nasogástricas e Enterais – Implicações na Deglutição.IN: JOTZ, G.P.; CARRARA DE ANGELIS E.; BARROS, A.P.B. Tratado de Deglutição e Disfagia no Adulto e na Criança. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

PADOVANI, A.R, ANDRADE, C.R.F; LIMONGI.S.C.O. Teste do Corante Azul na avaliação fonoaudiológica de indivíduos traqueostomizados. IN: Andrade, C.R.F; Limongi,S.C.O. Disfagia: prática baseada em evidências. São Paulo. SARVIER. 2012.

PADOVANI, A.R. et al . Protocolo Fonoaudiológico de Avaliação do Risco para Disfagia (PARD). Ver Soc Bras Fonoaudiol. 2007; 12(3): 199-205. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v12n3/a07v12n3.pdf> Acesso em: 29/11/2012.

FONOAUDIOLOGIA em Crônico-Degenerativo

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Medidas de controle de infecção para Fonoaudiólogos- Manual de Biossegurança. 8º Colegiado, Brasília, 2007.

FURKIM, A.M; SACCO, A. B. F. Eficácia da fonoterapia em disfagia neurogênica usando a escala funcional de ingestão por via oral (FOIS) como marcador. Rev. CEFAC [online]. 2008, vol.10, n.4, pp. 503-512. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v10n4/v10n4a10.pdf> Acessado em: 29/12/2011.

FURKIM,A.M; MATTANA.A.V. Disfagias neurogênicas: terapia.IN: ORTIZ.K.Z. Distúrbios Neurológicos Adquiridos Fala e Deglutição.Barueri.Manole.2ed.2010.

PADOVANI, A.R.; MORAES, D.P.; MANGILI, L.D.; ANDRADE, C.R.F. Protocolo Fonoaudiológico de Avaliação do Risco para Disfagia (PARD). Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2007;12(3):199-205.Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v12n3/a07v12n3.pdf> Acessado em: 29/12/2011.

RODRIGUES,K.A;FURKIM,A.M. O atendimento do paciente disfágico na unidade de terapia intensiva. IN: FURKIM.A.M. Disfagias Orofaringeas.Carapicuíba.Pró-Fono.v.2.2008.

SANTINI,C.R.S.Disfagia Neurogênica.IN: FURKIM, A. M.; SANTINI, C.S. Disfagias Orofaringeas. São Paulo, Pró-Fono,2008.

SILVA,C.T.;MATSUBA,C.S.T. Transição da via alternativa para via oral de alimentação. IN: FURKIM.A.M. Disfagias Orofaringeas.Carapicuíba.Pró-Fono.v.2.2008.

XAVIER,R.G.;CHIESA.D.;DINIZ,P.B.;VANIN,G.Avaliação do Paciente com Tosse.IN: CORREA DA SILVA,L.C. Endoscopia Respiratória.REVINTER.Rio de Janeiro.2002.

FONOAUDIOLOGIA em Mae-Bebe

AQUINO, R.R.; OSÓRIO, M.M. Alimentação do recém-nascido pré-termo: métodos alternativos de transição da gavagem para o peito materno. Revista Brasileira Saúde Materno Infantil, v.8, n.1, p. 11-16, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v8n1/02.pdf> Acesso em: 26/11/12

ARVEDSON, J.C. Assessment of pediatric dysphagia and feeding disorders:clinical and instrumental approaches. Developmental disabilities research reviews, v.14, n.2, p.118-127, 2008. Disponível em: <http://pediatrics.uchicago.edu/chiefs/DBP/documents/reading%20pdf/Feeding.Arvedson.pdf> Acesso em: 26/11/12.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Promovendo o aleitamento materno. 2ª. ed. Brasília.2007.18p. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/redeblh/media/albam.pdf> .Acesso em: 29/12/2011.

CARVALHAES, M.A.B.L.; CORRÊA, C.R.H. Identificação de dificuldades no início do aleitamento materno mediante aplicação de protocolo. Jornal de Pediatria, v.79, n.1, p.13-20, 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/jped/v79n1/v79n1a05.pdf Acesso em:

26/11/12

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Medidas de controle de infecção para Fonoaudiólogos: Manual de Biossegurança. 8º Colegiado, Brasília, 2007.

FUJINAGA, C.I.; ZAMBERLAN, N.E.; RODARTE, M.D.O.; SCOCHI, C.G.S. Confiabilidade do instrumento de avaliação da prontidão do prematuro para alimentação oral. *Pró-Fono*, v.19, n.2, p.143-50, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pfono/v19n2/a02v19n2.pdf> Acesso em: 26/11/2012

FUJINAGA, C.I.; DUCA, A.P.; PETRONI, R.A.C.L.; ROSA, C.H. Indicações e uso da técnica "sonda-dedo". *Revista CEFAC*, v.14, n.4, p. 721-724, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v14n4/125-10.pdf> Acesso em: 26/11/12.

LAU, C.; SMITH, E.O. A Novel Approach to Assess Oral Feeding Skills of Preterm Infants. *Neonatology*, v.100, n.1, p.64-70, 2011. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3023010/> Acesso em: 26/11/12.

LEVY, D.S.; RAINHO, L. Abordagem em Disfagia Infantil: Proposta Fonoaudiológica e Fisioterápica. In: JACOBI, J.S.; LEVY, D.S.; SILVA, L.M.C. *Disfagia: avaliação e tratamento*. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

PEREIRA, M.A.; LEVY, L.; MATOS, M.E.; CALHEIROS, J.M. Influência da correção da pega no sucesso do aleitamento materno: resultados de um estudo experimental. *Revista Referência*, v.2, n.6, p.27-38, 2008.

REICHEL, M.A.F.; GROSSI, S.P. Distúrbios de Deglutição no Recém-Nascido. In: JACOBI, J.S.; LEVY, D.S.; SILVA, L.M.C. *Disfagia Avaliação e Tratamento*. Rio de Janeiro: Revinter. 2003.

ZANINI, C.; FRANÇA, M.C.T. Algumas considerações sobre o leite humano e aleitamento materno. In: JACOBI, J.S.; LEVY, D.S.; SILVA, L.M.C. *Disfagia: avaliação e tratamento*. Rio de Janeiro: Revinter, p.-. 2003.

► NÚCLEO DA NUTRIÇÃO

NUTRIÇÃO em Vigilância em Saúde

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Vigilância em Saúde - Parte 1*. Brasília: CONASS, 2011. 320 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5, I). Disponível em http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21. Acesso em: 05 jan. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *Vigilância em Saúde - Parte 2*. Brasília: CONASS, 2011. 113 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 6, II). Disponível em <http://www.saude.gov.br/>. Acesso em: 05 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Matriz de ações de alimentação e nutrição na atenção básica de saúde*. Brasília, 2009. 78 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. *Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável*. Brasília, 2005. 236 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/editora/producao/livros/pdf/05_1109_M.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Brasília, 2011. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Alimentação e nutrição no NASF*. In: *Cadernos de Atenção Básica n. 27*. Brasília, 2010. 152 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd27.pdf

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.252 de 22 de dezembro de 2009. *Aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/102068-3252>. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS. *Manual clínico de alimentação e nutrição na assistência a adultos infectados pelo HIV*. Brasília, 2006. 88 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/manual_clinico_alimentacao_nutricao_aids_hiv.pdf

VIGITEL BRASIL 2011. *SAÚDE SUPLEMENTAR. VIGILÂNCIA DE FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA DOENÇAS CRÔNICAS POR INQUÉRITO TELEFÔNICO*. Estimativas sobre frequência e distribuição sócio-demográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 62 Estados Brasileiros e no Distrito Federal em 2011. Série G. estatística e Informação em Saúde. Rio de Janeiro, RJ 2012. 134p.

SOBOTKA, L. et al. *Bases da Nutrição clínica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.

TADDEI, J. A. D. A.C. et al. *Nutrição em saúde pública*. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.

WAITZBERG, D.L. *Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica*. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

NUTRIÇÃO em Atenção Básica/Estratégia de saúde da família

BRASIL. Ministério da Saúde. ENPACS : Estratégia Nacional Para Alimentação Complementar Saudável : Caderno Do Tutor / Ministério

da Saúde, Rede Internacional em Defesa do Direito de Alimentar – IBFAN Brasil. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 108 p.: il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Alimentação e nutrição no NASF. In: Cadernos de Atenção Básica n. 27. Brasília, 2010. 152 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd27.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 72 p. : il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Matriz de ações de alimentação e nutrição na atenção básica de saúde. Brasília, 2009. 78 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/matriz_acoes_an_abs_2009.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília, 2009. 112 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 23) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd23.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde. Brasília, 2008. 61 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/protocolo_sisvan.pdf

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília, 2005. 236 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05_1109_M.pdf

_____. Ministério da Saúde. Vigilância alimentar e nutricional - Sisvan: orientações básicas para a coleta, processamento, análise de dados e informação em serviços de saúde / [Andressa Araújo Fagundes et al.]. ? Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/documentos/orientacoes_basicas_sisvan.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Política de Saúde. Organização Pan Americana da Saúde. Recomendações para uma alimentação saudável. In: Guia alimentar para crianças menores de dois anos. Brasília, 2002. 152 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 107). Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/guiao.pdf>

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2011. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade. Brasília, 2006. 108 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 12) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/doc_obesidade.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS. Manual clínico de alimentação e nutrição na assistência a adultos infectados pelo HIV. Brasília, 2006. 88 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/manual_clinico_alimentacao_nutricao_aids_hiv.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes Mellitus. Mudanças no estilo de vida no diabetes tipo 2. In: Cadernos de Atenção Básica, n. 16. Brasília, 2006. 64 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd16.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde. Tratamento não-farmacológico. In: Caderno de Atenção Básica n.15. Brasília, 2006. 58 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd15.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual operacional do Programa Nacional de Suplementação de Ferro / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília : Ministério da Saúde, 2005. 28p. - (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

NUTRIÇÃO em Hemato-oncologia

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2011. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília, 2005. 236 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05_1109_M.pdf

CALIXTO-LIMA, Larissa; REIS, Nelzir Trindade. Interpretação de exames laboratoriais aplicados à nutrição clínica. Rio de Janeiro: Rubio, 2012.

COZZOLINO, Silvia M. Franciscato. Biodisponibilidade de nutrientes. Barueri, SP: Manole, 2005.

CUPPARI, L. Guia de nutrição: nutrição clínica no adulto. 2. ed. São Paulo: Manole, 2006.

GUIMARÃES, J.R.Q. Manual de Oncologia. São Paulo: BBS, 2004.

MAHAN, L. Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia. Krause: alimentos, nutrição & dietoterapia. 11. ed. São Paulo, SP: Roca, 2005.

MARTINS, C. Avaliação do estado nutricional e diagnóstico. Curitiba, PR: Nutroclínica, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Consenso nacional de nutrição oncológica. Instituto Nacional de Câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2009.

MISZPUTEN, Sender Jankiel. Guia de gastroenterologia. Barueri, SP: Manole, 2007.

MURA, Joana D'Arc Pereira; SILVA, Sandra Maria Chemin Seabra da. Tratado de alimentação, nutrição & dietoterapia. 2. ed. São Paulo, SP: Roca, 2010.

SOBOTKA, L. et al. Bases da Nutrição clínica. 3. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.

WAITZBERG, D.L. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

NUTRIÇÃO em Crônico-degenerativo

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília, 2005. 236 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/editora/producao/livros/pdf/05_1109_M.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2011. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade. Brasília, 2006. 108 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 12) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/doc_obesidade.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS. Manual clínico de alimentação e nutrição na assistência a adultos infectados pelo HIV. Brasília, 2006. 88 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/manual_clinico_alimentacao_nutricao_aids_hiv.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes Mellitus. Mudanças no estilo de vida no diabetes tipo 2. In: Cadernos de Atenção Básica, n. 16. Brasília, 2006. 64 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad16.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde. Tratamento não farmacológico. In: Caderno de Atenção Básica n.15. Brasília, 2006. 58 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad15.pdf

CALIXTO-LIMA, Larissa; REIS, Nelzir Trindade. Interpretação de exames laboratoriais aplicados à nutrição clínica. Rio de Janeiro: Rubio, 2012.

COZZOLINO, Silvia M. Franciscato. Biodisponibilidade de nutrientes. Barueri, SP: Manole, 2005.

CUPPARI, L. Guia de nutrição: nutrição clínica no adulto. 2. ed. São Paulo: Manole, 2006.

MAHAN, L. Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia. Krause: alimentos, nutrição & dietoterapia. 11. ed. São Paulo, SP: Roca, 2005.

MARTINS, C. Avaliação do estado nutricional e diagnóstico. Curitiba, PR: Nutroclínica, 2008.

MISZPUTEN, Sender Jankiel. Guia de gastroenterologia. Barueri, SP: Manole, 2007.

MURA, Joana D'Arc Pereira; SILVA, Sandra Maria Chemin Seabra da. Tratado de alimentação, nutrição & dietoterapia. 2. ed. São Paulo, SP: Roca, 2010.

SOBOTKA, L. et al. Bases da Nutrição clínica. 3. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.

WAITZBERG, D.L. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

NUTRIÇÃO em Mãe-Bebe

ACCIOLY, E.; SAUNDERS, C.; LACERDA, E.M.D.A. Nutrição em obstetrícia e pediatria. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2011. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>

_____. Ministério da Saúde. Gestação de alto risco. Manual técnico. Brasília: Secretaria de Políticas da Saúde, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica / Ministério da

Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 72 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília, 2009. 112 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 23) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd23.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Política de Saúde. Organização Pan Americana da Saúde. Recomendações para uma alimentação saudável. In: Guia alimentar para crianças menores de dois anos. Brasília, 2002. 152 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 107). Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/guiiao.pdf>

CALIXTO-LIMA, Larissa; REIS, Nelzir Trindade. Interpretação de exames laboratoriais aplicados à nutrição clínica. Rio de Janeiro: Rubio, 2012.

COZZOLINO, Sílvia M. Franciscato. Biodisponibilidade de nutrientes. Barueri, SP: Manole, 2005.

CUPPARI, L. Guia de nutrição: nutrição clínica no adulto. 2. ed. São Paulo: Manole, 2006.

MAHAN, L. Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia. Krause: alimentos, nutrição & dietoterapia. 11. ed. São Paulo, SP: Roca, 2005.

MARTINS, C. Avaliação do estado nutricional e diagnóstico. Curitiba, PR: Nutroclínica, 2008.

MISZPUTEN, Sender Jankiel. Guia de gastroenterologia. Barueri, SP: Manole, 2007.

MURA, Joana D'Arc Pereira; SILVA, Sandra Maria Chemin Seabra da. Tratado de alimentação, nutrição & dietoterapia. 2. ed. São Paulo, SP: Roca, 2010.

SOBOTKA, L. et al. Bases da Nutrição clínica. 3. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2008.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Manual de orientação para a alimentação do lactente, do pré-escolar, do escolar, do adolescente e na escola. Departamento Científico de Nutrologia. 2. ed. São Paulo: SBP, 2008.

WAITZBERG, D.L. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

► NÚCLEO DA ODONTOLOGIA

ODONTOLOGIA em Estratégia de Saúde da Família

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Bucal. Cadernos de Atenção Básica nº 17. Brasília, 2006.

CAMPOS, G.W.S *et al.* Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. Cap. 19.

MOYSÉS, S.T; KRIGER, L.; MOYSÉS, S.J. (coordenadores). Saúde bucal das famílias. Trabalhando com evidências. São Paulo: Artes Médicas, 2008. Cap. 1, 4, 7, 9.

PINTO, V.G. Saúde Bucal Coletiva. 5.ed. São Paulo: Santos, 2008. Cap. 2, 5, 6, 8, 12.

► NÚCLEO DA PSICOLOGIA

PSICOLOGIA em Hemato-oncologia

ANGERAMI-CAMON, V.A. (Org.). Psicologia da Saúde: um novo significado para prática clínica. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BELLKISS, W.R. (Org.). Manual de Psicologia Clínica para Hospitais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/legislacao/codigo_et> Acesso em: 3 dez. 2012.

CORDIOLI, A. V. Psicoterapias abordagens atuais. 3. ed. Porto Alegre. Artmed, 2008.

CUNHA, J. A. Psicodiagnóstico – V. 5. ed. Revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmed, 2000.

OSORIO, Luis Carlos. Grupoterapias- abordagens atuais. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ROMANO, B. W. (Org.). Manual de Psicologia Clínica para Hospitais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

ZIMMERMAN, D. E. Fundamentos básicos das grupoterapias. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PSICOLOGIA em Estratégia de Saúde da Família

BASÁGLIA, F. A instituição negada. Rio de Janeiro : Graal, 1985.

BENEVIDES, Regina & PASSOS, Eduardo. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. Ciência & Saúde Coletiva. V.

10, n° 3. Rio de Janeiro. Jul./set. 2005.

BLEGER, J. Psico-Higiene e Psicologia Institucional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BRASIL. Ministério da Saúde. I Conferência Nacional de Saúde Mental. Rio de Janeiro, julho 1987. Relatório Final. http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio_da_1_conferencia_de_saude_mental.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. III Conferência Nacional de Saúde Mental: cuidar sim, excluir não. Relatório Final, Brasília, dezembro 2002. http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/saude_mental.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. VIII Conferência Nacional de Saúde. Março de 1986. Relatório Final. Brasil. http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf

CAMPOS, G. W. [et al]. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

COOPER, D. Psiquiatria e antipsiquiatria. 2ª Ed. São Paulo: Perspectivas, 1989.

COSTA, J. F. História da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro : Xenon, 1989.

COSTA, N. & TUNDIS, S. (Orgs.). Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1987.

DESVIAT, Manuel. A Reforma Psiquiátrica. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (Org.) Textos de Apoio em Saúde Mental. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

FINKELMAN, J. (org.) Caminhos da Saúde Pública no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. Micropolítica – Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 2000.

LANCETTI, Antonio (org.). SaúdeLoucura 7. Saúde Mental e Saúde da Família. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

PINHEIRO, Roseni & MATTOS, Ruben Araújo de. (org). Cuidado: as fronteiras da integralidade. Rio de Janeiro: Hucitec: ABRASCO, 2004.

POLIGNANO, Marcus Vinicius. História das Políticas de Saúde no Brasil. Uma pequena revisão. Disponível em: http://www.extranet.ead.fiocruz.br/facilitadores_site/pdf/hist_poli_pub01.pdf Acessado em 28/10/2005.

ROTELLI, F. (Org.) Desinstitucionalização. São Paulo: Hucitec, 1990.

SARRIERA, J. C. Psicologia Comunitária: estudos atuais. Porto Alegre: Sulina, 2000.

SPINK, Mary Jane. Psicologia Social e Saúde. Práticas, saberes e sentidos. ed. VOZES. Petrópolis. 2003.

PSICOLOGIA em Saúde Mental

ANGERAMI-CAMON, V.A. Novos rumos na psicologia da saúde. São Paulo: Pioneira, 2002.

BARROS. R. B. & PASSOS, E. A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Abr 2000, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079.* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n1/4390.pdf>

BEZERRA, C. G.; DIMENSTEIN, M. Acompanhamento terapêutico na proposta de alta-assistida implementada em hospital psiquiátrico: relato de uma experiência. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 de janeiro de 2012.

BOTEGA, N.J. Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e Emergência. São Paulo, 2002.

CORDIOLI, A. V. Psicoterapias: abordagens atuais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

DIMENSTEIN, M. O desafio da política de Saúde Mental: a (re) inserção social dos portadores de transtornos mentais. *Mental*, Vol IV, nº 6, Barbacena, junho: 2006. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/420/42000607.pdf>

GUATTARI, F. Droga Psicose e Instituição. In: GUATTARI, F e ROLNIK, S. Micropolítica – Cartografias do Desejo. Ed. Vozes, Petrópolis, 2010.

GUATTARI, F. Práticas Analíticas e Práticas Sociais. In: GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo:34, 1992.

LANCETTI, A. A Clínica Peripatética. São Paulo: Hucitec, 2007.

MELLO FILHO, J. (Ed.). Psicossomática hoje. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

NETO, J. L. F. Práticas transversalizadas da clínica em saúde mental. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre, vol. 21 nº1. 2008.

OMS, Organização Mundial da Saúde. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PAULON, S. A Análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 17 (3), 18-25, set-dez: 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a03v17n3.pdf>

PIETROLUONGO, A. P. C, REZENDE, T. I. M. Visita domiciliar em saúde mental – o papel do psicólogo em questão. *Psicologia Ciência e*

Profissão, vol. 27, n. 1, p. 22-31. 2006.

ROMANO, B.W. Princípios para a prática de psicologia clínica em hospitais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SCHNEIDER, D. R. Horizonte de racionalidade acerca da dependência de drogas nos serviços de saúde: implicações para o tratamento. Ciência e saúde coletiva, vol.15, no.3, p.687-698. 2010.

SPINK, M. J. Psicologia da Saúde. In:..... Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. P. 29-39.

ZURBA, M. C. Contribuições da psicologia social para o psicólogo na saúde coletiva. Psicologia & Sociedade, 23(n. spe.), 5-11. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23nspe/a02v23nspe.pdf> acesso em 05/12/12.

► NÚCLEO DO SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL nas áreas de concentração: (1) Hemato-oncologia; (2) Mae-bebe; (3)Crônico Degenerativo (4)Atenção Básica/Estratégia de Saúde da Família e (5)Saúde Mental

ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos Sociais? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

BISNETO, José Augusto. Serviço Social e Saúde Mental: Uma análise institucional da prática. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS/ABEPS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais – Brasília: CFESS/ABEPS, 2009.

CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. 10 edição.

CFESS. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na política de Assistência Social Brasília. 2011.

IAMAMOTO, M.V. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na atualidade. Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão. Brasília: CFESS, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 107, p.497-505, jul/set. 2011.

► NÚCLEO DA TERAPIA OCUPACIONAL

TERAPIA OCUPACIONAL em Estratégia de Saúde da Família

CALDEIRA, Vanessa Andrade. Prática da terapia ocupacional em unidade básica de saúde na atenção às pessoas com deficiência. São Paulo, Dissertação (mestrado) Faculdade de Medicina da USP-SP, Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=156168

CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia. Terapia Ocupacional Fundamentos & Prática. Editora Guanabara/koogan. Rio de Janeiro-RJ. 2007.

DE CARLO, Marysia M.R. Prado; BERTALOTTI, Celna C. (org). Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e perspectivas. Editora Plexus. São Paulo-SP, 2001

FERREIRA, Taisa Gomes e OLIVER, Fátima Corrêa. A atenção domiciliar como estratégia para ampliação das relações de convivência de pessoas com deficiências físicas. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo [online].2010, vol.21, n.3 [citado 2011-12-26], pp. 189-197 . Disponível <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-91042010000300003&lng=pt&nrm=iso>.ISSN1415-9104.

FRANCISCO, Berenice Rosa. Terapia Ocupacional. Editora Papirus. Campinas/SP, 1988.

MEDEIROS, Maria Heloisa da Rocha. Terapia Ocupacional, um enfoque epistemológico e social. EdUFSCAR, São Carlos/SP, 2003.

OTHERO, Marília Bense and DALMASO, Ana Silvia Whitaker. Pessoas com deficiência na atenção primária: discurso e prática de profissionais em um centro de saúde-escola. Interface (Botucatu) [online]. 2009, vol.13, n.28 [cited 2011-12-26], pp. 177-188 . Available from:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414

ROCHA, E. F.; PAULA, Ana Rita de ; KRETZER, Marcia Regina . O estudo da prevalência de deficiências e incapacidades como instrumento de planejamento das atividades de atenção à saúde e reabilitação no Programa da Saúde da Família. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15, n. n.1, p. 1-10, 2004.

ROCHA, E. F. Reabilitação de pessoas com deficiências: A intervenção em discussão. 1. ed. São Paulo: ROCA, 2006. v. 1. 300 p.

TERAPIA OCUPACIONAL em Saúde Mental

ALMEIDA, M. V. M. Corpo e arte em Terapia Ocupacional. Rio de Janeiro, Enelivros,2004.

BASAGLIA, F. A Instituição negada (Relato de um Hospital Psiquiátrico). Ed. Graal, RJ, 1985.

CASTRO, E.D; SILVA.J.G. Processos criativos e Terapia Ocupacional. Revista de Terapia Ocupacional. USP, São Paulo, 1(2), 1990.

CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia. Terapia Ocupacional Fundamentos & Prática. Editora Guanabara/koogan. Rio de Janeiro-RJ. 2007.

DE CARLO, Marysia M.R. Prado; BERTALOTTI, Celina C. (org). Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e perspectivas. Editora Plexus. São Paulo-SP, 2001.

FERRARI.S. M. R. Terapia Ocupacional a clínica num instituição de saúde mental. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar. Vol.14.nº2.São Carlos.SP.2006.

FOUCAULT, M. História da Loucura. São Paulo. 2012.

FRANCISCO, Berenice Rosa. Terapia Ocupacional. Editora Papirus. Campinas/SP, 1988.

MAXIMINO, V. S. Grupos de Atividades com pacientes psicóticos. São José dos Campos,SP,2001.

MEDEIROS, Maria Heloisa da Rocha. Terapia Ocupacional, um enfoque epistemológico e social. EdUFSCAR, São Carlos/SP, 2003.

OLIVER, F.C; ALMEIDA, M.C; TISSI, M.C; CASTRO, L.H.; FORMAGIO, S. Reabilitação Baseada na Comunidade – discutindo estratégias de ação no contexto sociocultural. Rev. Ter.Ocup. Univ. de São Paulo, v.10, n.1, p.1-10, jan/abr., 1999.

OLIVER, F.C; GHIRARDI, M.I.G.; ALMEIDA, M.C; TISSI, M.C; AOKI, M; Reabilitação no território: construindo a participação na vida social. Rev. Ter.Ocup. Univ. de São Paulo, v.12, n.1/3, p.15-22, jan./dez. 2001.

SARACENO, B. Libertando identidades. Da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Rio de Janeiro, Te Cora Editora,2001.

TERAPIA OCUPACIONAL em Hemato-oncologia

CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia. Terapia Ocupacional Fundamentos & Prática. Editora Guanabara/koogan. Rio de Janeiro-RJ. 2007.

CECCIM, R.B.; CARVALHO, P.R. A Criança hospitalizada: Atenção Integral como escuta a vida. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

DE CARLO, M.M.R.P. Dor e cuidado paliativo: Terapia Ocupacional e interdisciplinaridade. São Paulo: Roca, 2008.

DE CARLO, M.M.R.P; BARTALOTTI, C. Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. São Paulo, Plexus, 2001.

FRANCISCO, Berenice Rosa. Terapia Ocupacional. Editora Papirus. Campinas/SP, 1988.

KUDO, A M. Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional em pediatria. São Paulo: Sarvier, 1994.

MEDEIROS, Maria Heloisa da Rocha. Terapia Ocupacional, um enfoque epistemológico e social. EdUFSCAR, São Carlos/SP, 2003.

OTHERO, M.B. Terapia ocupacional prática em oncologia. São Paulo: Roca, 2010.

PRADO DE CARLO, M. M. R e LUZO M. C. de M. Terapia Ocupacional: reabilitação física e contextos hospitalares. São Paulo: Roca, 2004.

UCHOA-FIGUEIREDO, Lucia da Rocha e NEGRINI, Sílvia F.Biason de Moura (organizadoras). Terapia ocupacional: diferentes praticas em hospital geral. São Paulo/Ribeirão Preto: Ed: Legis Summa, 2009.

VIEGA, D. Brinquedoteca hospitalar: isto é humanização, associação brasileira de brinquedoteca. Rio Janeiro: Wak, 2007.

TERAPIA OCUPACIONAL em Crônico-degenerativo

DE CARLO, Marysia M.R. Prado; LUZO, Maria C. de Miranda. (org) Terapia Ocupacional - Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. Editora ROCA. São Paulo. 2004.

CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia. Terapia Ocupacional Fundamentos & Prática. Editora Guanabara/koogan. Rio de Janeiro-RJ. 2007.

COHN A, Elias PE. Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços. São Paulo: Cortez Editora 1999.

DE CARLO, Marysia M.R. Prado; BERTALOTTI, Celina C. (org). Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e perspectivas. Editora Plexus. São Paulo-SP, 2001.

FRANCISCO, Berenice Rosa. Terapia Ocupacional. Editora Papirus. Campinas/SP, 1988.

MEDEIROS, Maria Heloisa da Rocha. Terapia Ocupacional, um enfoque epistemológico e social. Ed.UFSCAR, São Carlos/SP, 2003.

PEDRITTI, Lorraine Williams; EARLY, Mary Beth. Terapia Ocupacional: Capacidades Práticas para as disfunções físicas. Editora Roca. São Paulo/SP, 2004.PITTA AMF. Hospital: dor e morte como ofício. SP, Hucitec 1999.

TERAPIA OCUPACIONAL em Mae-Bebe

CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia. Terapia Ocupacional Fundamentos & Prática. Editora Guanabara/koogan. Rio de Janeiro-

RJ. 2007.

CORIAT, Lydia F. Maturação Psicomotora no Primeiro ano de vida da criança. Centauro Editora. São Paulo. 5ª Edição. 2007.

DE CARLO, Marysia M.R. Prado; BERTALOTTI, Celna C. (org). Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e perspectivas. Editora Plexus. São Paulo-SP, 2001.

DE CARLO, Marysia M.R. Prado; LUZO, Maria C. de Miranda. (org) Terapia Ocupacional - Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. Editora ROCA. São Paulo.2004.

FRANCISCO, Berenice Rosa. Terapia Ocupacional. Editora Papirus. Campinas/SP, 1988.

MEDEIROS, Maria Heloisa da Rocha. Terapia Ocupacional, um enfoque epistemológico e social. EdUFSCAR, São Carlos/SP, 2003.

UCHÔA-FIGUEIREDO, Lúcia da Rocha; NEGRINI, Silva Fabiana Biason de Moura. (org.). Terapia Ocupacional: Diferentes Práticas em Hospital Geral. Logis Summa.. Ribeirão Preto/SP, 2009.

2. BIBLIOGRAFIA DE REFERENCIA AOS PROGRAMAS DE RESIDENCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE: MEDICINA VETERINÁRIA

2.1 BLOCO A - Bibliografia para temas referentes à ÁREA DE CONCENTRAÇÃO (A.C) de cada programa em que o candidato está inscrito

Área de Concentração: Clínica Médica de Pequenos Animais

ALONSO, J.A.M. Enfermidades respiratórias em pequenos animais. São Caetano do Sul: Interbook, 2007. 303p.

CHEW, D.J.; DIBARTOLA, S.P.; SCHENCK, P. Urologia e nefrologia do cão e do gato. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 536p.

DEWEY, C.W. Neurologia de cães e gatos: guia prático. São Paulo: Roca, 2006. 352p.

ETTINGER, S.J.; FELDMAN, E.C. Tratado de medicina interna veterinária: doenças do cão e do gato. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 2v, 1038p.

FOALE, R.; DEMETRIOU, J. Oncologia em pequenos animais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 224p.

GELATT, K.N. Manual de oftalmologia veterinária. Barueri: Manole, 2003. 594p.

GROSS, T.L. et al. Doenças de pele do cão e do gato diagnóstico clínico e histopatológico. 2.ed. São Paulo: Roca. 2009. 889p.

HNILICA, K.H. Dermatologia de pequenos animais. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 632p.

LITTLE, S.E. The cat: clinical medicine and management. Saint Louis: Elsevier Saunders, 2012. 1398p.

MADDISON, J.E.; PAGE, S.W.; CHURCH, D.B. Farmacologia clínica de pequenos animais. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 582p.

MOONEY, C.T.; PETERSON, M.E. Manual de endocrinologia canina e felina. 3.ed. São Paulo: Roca, 2009. 286p.

NELSON, R.W.; COUTO, C.G. Medicina interna de pequenos animais. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 1468p.

NORSWORTHY, G.D. et al. O paciente felino. 3.ed. São Paulo: Roca, 2009. 801p.

PATEL, A.; FORSYTHE, P. Dermatologia em pequenos animais. Rio de Janeiro: Elsevier. 2010. 379p.

PRESTES, N.C., LANDIM-ALVARENGA, F.C. Obstetria veterinária. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 241p.

TAMS, T.R. Gastroenterologia de pequenos animais. 2.ed. São Paulo: Roca, 2005. 492p.

TILLEY, L.P. et al. Manual of canine and feline cardiology. 4.ed. Saint Louis: Elsevier, 2007. 464p.

WITHROW, S.J.; VAIL, D.M. Small animal clinical oncology. 4.ed. Saint Louis: Saunders, 2007. 846p.

Área de Concentração: Cirurgia

BOJRAB, M.J. Técnicas atuais em cirurgia de pequenos animais. 3. ed. São Paulo: Roca, 1996. 896p.

FOSSUM, T.W. Small Animal Surgery. St. Louis: Mosby, 2007. 1610p.

BLOOMBERG, M.S., DEE, J.F., TAYLOR, R.A. Canine sports medicine and surgery. Philadelphia : Saunders, 1998. 485p.

BRINKER, W.O., PIRMATTEI, D.L., FLO, G.L. Handbook of small animal orthopedics & fracture treatment. Philadelphia : Saunders, 1990. 582p.

DAVID, T. Atlas de Cirurgia de Pequenos Animais. São Paulo: Manole, 1985.

DiBARTOLA, S.P. Fluid therapy in small animal practice. Philadelphia: Saunders, 2000. 611p.

DROBATZ, K.J. Emergency medicine. Vet Clin North Amer: Small Anim Pract, Philadelphia, v.35, n.2, p.281-535, 2005.

ETTINGER, S.J., FELDMAN, E.C. Tratado de Medicina Interna Veterinária. São Paulo, Manole, 1997.

FOSSUM, T.W. Cirurgia de Pequenos Animais. 3. ed. São Paulo: Roca, 2008.

HOLT, D.E. Emergency surgical procedure. Vet Clin North Amer: Small Anim Pract, Philadelphia, v.30, n.3, p.473-701, 2000.

McLAUGHLIN Jr, R.M., ROUSH, J.K. Management of orthopedic emergencies. Vet Clin North Amer: Small anim Pract, Philadelphia, v.25, n.5, p. 1015-1230, 1995.

MÜLLER, M.G.; ALLGOWER, M.; WILLENEGGER, H. Manual of internal fixation. Berlin : Springer-Verlag, 1970. 297p.

NEWTON, D.M., NUNAMAKER, C.D. Textbook of small animal orthopaedics. Philadelphia : Lippincott, 1985. 2v.

OLMSTEAD, M.L. Fracture complications. Vet Clin North Amer: Small anim Pract, Philadelphia, v.21, n.4, p. 641-877, 1991.

ORTON, E.C. Small animal thoracic surgery. Baltimore: Williams & Wilkins, 1995. 256p.

PIERMATTEI, D.L.; FLO, G.L.; DECAMP, D.C. Ortopedia e Tratamento das Fraturas dos Pequenos Animais. 4. ed. São Paulo: Manole, 2009.

SLATTER, D. Manual de Cirurgia de Pequenos Animais. São Paulo: Manole, 1998.

Área de Concentração: Anestesiologia

DIBARTOLA, S.P. Fluid, Electrolyte and Acid-Base Disorders in Small Animal Practice. 3rd ed. Saunders Ltd, 2005, 720p.

FANTONI, D.T.; CORTOPASSI, S.R.G. Anestesia em Cães e Gatos. 2.ed., São Paulo: Roca, 2010, 620p.

HALL, L. W. ; CLARKE, K. W. Veterinary anaesthesia. 10.ed., London: W.B. Saunders, 2001, 561p.

McKELVEY, D., HOLLINGSHEAD, K.W. Small Animal Anesthesia & Analgesia. Mosby, Missouri, 2.ed. 334p., 2000.

MASSONE, F. Anestesiologia Veterinária: Farmacologia e Técnicas. 6.ed., Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 2011, 448p.

MUIR, W.W.; HUBBELL, J.A.E.; SKARDA, R.T.; BEDNARSKJ, R.M. Manual de Anestesia Veterinária. 3a. ed. Porto Alegre: Art Méd editora, 2001, 432p.

OTERO, P. Dor - Avaliação e tratamento em pequenos animais. 1a. ed. São Paulo: Interbook, 2005, 293p.

PADDLEFORD, R.R. Manual de Anestesia em Pequenos Animais. 2.ed, São Paulo:Roca, 2001, 423p.

TAYLOR, P.M & CLARKE, K.W. Manual de Anestesia em equinos. 2.ed., São Paulo: Medvet, 2009, 222p.

TRANQUILLI, W.J. et al. Anestesiologia e Analgesia Veterinária, 4.ed., São Paulo: Roca, 2013, 1192p.

Área de Concentração: Patologia Clínica

Almosny, N. P. Hemoparasitoses em pequenos animais domésticos e como zoonoses. 1ª. ed. L.F. Livros, 2002.

BUSH, B.M. Interpretação de resultados Laboratoriais para Clínicos de Pequenos Animais, ed. Roca, 2004.

COWEL, R.L et al. Diagnóstico Citológico e Hematologia de Cães e Gatos, 3ª ed: Méd Vet, 2009.

JAIN, N.C. Essentials of veterinary hematology. Philadelphia : Lea & Febiger,1993. 417p.

LOPES, S.T.A. et al. Manual de Patologia Clínica Veterinária, 2009.

MEYER, COLES E RICH. Medicina de Laboratório Veterinária: Interpretação e Diagnóstico, 1ª ed: Roca, 1995.

RAVEL, R. Laboratório Clínico: Aplicações Clínicas dos dados laboratoriais, 6ª ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 1997.

STOCKHAM, S.L & SCOTT, M.A. Fundamentos de Patologia Clínica Veterinária. 1ª. ed : Guanabara koogan, 2011.

SINK, C. A & FELDMAN, B.F. Urinálise e Hematologia: Laboratório para o Clínico de Pequenos Animais. ed: Roca, 2006.

THRALL, M. A et. al. Hematologia e Bioquímica Clínica Veterinária 1ª ed: Roca, 2007.

Área de Concentração: Diagnóstico por Imagem

BURK, R. L.; FENNEY, D. A. Small animal radiology and ultrasound. A diagnostic atlas and text. 3. .ed. Saint Louis : Saunders, 2003. 740p.

CARVALHO, C.F. Ultra-sonografia em pequenos animais. São Paulo : Roca, 2004. 365p.

CARVALHO, C.F. Ultrassonografia Doppler em Pequenos Animais. São Paulo: Roca, 2009. 274p.

FARROW, C.S. Radiology of the cat. St Louis: Mosby, 1994.

FRITSCH, R.; GERWING, M. Ecografia de perros y gatos. Zaragoza : Acribia, 1996. 233p.

GREEN, R.W. Small animal ultrasound. Philadelphia : Lippincott-Raven, 1996. 377p.

GODOY, C.L.B. et al. Diagnóstico por Imagem em Medicina Veterinária. www.ufsm.br/tielletcab/TECvet (Biblioteca) - Caderno Didático, 131p.

KEALY, J.K.; McALLISTER, H. Radiologia e ultra-sonografia do cão e do gato. São Paulo : Manole, 2005. 436p.

LAVIN, L. Radiography in veterinary technology. 3. ed. Philadelphia : Saunders, 2003. 344p.

MORGAN, J. P.; LEIGHTON R. L. Radiology of small animal fracture management. Philadelphia : W. B. Saunders Company, 1995. 328p.

NYLAND, T.G.; MATTOON, J.S. Ultrassom diagnóstico em pequenos animais. 2. ed. São Paulo : Roca, 2005. 469p.

NYLAND, T.G.; MATTOON, J.S. Veterinary diagnostic ultrasound. Philadelphia: Saunders, 1995.

SCHEBITZ, H. & WILKENS, H. Atlas de Anatomia radiográficas do cão e do gato. 5. ed. São Paulo : Manole, 2000. 244p.

THRALL, D. E. Textbook of veterinary diagnostic radiology. 4. ed. Philadelphia: Saunders, 2002. 758p.

THRALL, D.E. Diagnóstico de Radiologia Veterinária. 5. ed. São Paulo: Elsevier. 2010.

WAIBL. H. et al. Atlas of Radiographic Anatomy of the dog. Stuttgart: Parey Verlag, 2005.

WAIBL. H. et al. Atlas of Radiographic Anatomy of the cat. Stuttgart: Parey Verlag, 2004.

Área de Concentração: Clínica de Grandes Animais

CÔRREA, M.N.; GONZÁLEZ, F.H.D.; SILVA, C.S. Transtornos Metabólicos nos Animais Domésticos. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2010. 358p.

DIRKSEN, G.; GRÜNDER, H.D.; STÖBER, M. Exame Clínico dos Bovinos. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. 419 p.

NICOLETTI, J.L.M. Podologia Bovina. Barueri: Manole, 2004. 126p.

PRESTES, N.C.; ALVARENGA, F.C.L. Medicina Veterinária - Obstetrícia Veterinária. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 272p.

PUGH, D.G. Clínica de Ovinos e Caprinos. São Paulo: Roca, 2005, 109, 189p.

RADOSTITIS, O.M.; JOE MAYHEW, I.G.; HOUSTON, D.M. Exame Clínico e Diagnóstico em Veterinária. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 591p.

RADOSTITS, O.M.; GAY, C.C.; BLOOD, D.C.; HINCHCLIFF, K.W. Clínica Veterinária, um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e eqüinos. 9ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 1737p.

REBHUN, W.C. Doenças do Gado Leiteiro. São Paulo: Roca, 2000. 642p.

ROBINSON. E. Current Therapy in Equine Medicine. Philadelphia: Saunders, 2003. 960p.

SMITH, B.P. Medicina Interna de Grandes Animais. 3ªed. São Paulo: Manole, 2006. 1728 p.

SPEIRS, V.C. Clinical Examination of Horses. Philadelphia: Saunders, 1997. 960p.

Área de Concentração: Medicina Veterinária Preventiva

MONTEIRO, G.M. Parasitologia na medicina veterinária, São Paulo: Roca, 2010, 779p.

CAVALCANTE, A.C.R.; VIEIRA, L.S.; CHAGAS, A.C.S.; MOLENTO, M.B.; Doenças parasitárias de caprinos e ovinos, epidemiologia e controle, Brasília, DF: Embrapa, 603p, 2009.

BOWMAN, DWIGHT, D. Parasitologia Veterinária de Georgis – Rio de Janeiro, RJ :Manole. 8ª ed. 422 p. 2006.

SERRA-FREIRE, N. M.; MELLO, R. P. Entomologia e acarologia na medicina veterinária. Rio de Janeiro. L. F. Livros; 200 p. 2006

URQUHART, G.M.; ARMOUR, J.; DUNCAN, J.L.; JENNINGS, F.W., Parasitologia Veterinária, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2ª ed., 545p. 1996.

TAYLOR, M.A.; COOP, R.L.; WALL, R.L. Parasitologia Veterinária, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 3ªed., 241p, 2010.

MARCONDES, C. B. Entomologia médica e veterinária. São Paulo: Atheneu, , 238 p. 2001

CASTRO, A.E. & HEUSCHELLE, W.P. Veterinary diagnostic virology. St. Louis. Mosby Year Book, 1992, 825p

FENNER, F. et al. Veterinary Virology. San Diego, Academic Press, 1987, 659 p.

FLORES, E.F. Virologia Veterinária. Editora UFSM, 2007, 888p.

KNIFE, D.M.; HOWLEY, P.M. Fields. Virology. 4th ed Lippicott Williams & Wilkins, 2001. 3063p.

MURPHY, F. A. et al., Veterinary Virology. 3 rd. Academic Press, San Diego, 1999, 629p.

RIET-CORREA, F., SCHILD, A.L., MENDEZ, M. D.C., LEMOS, R. A.A., BORGES, J.R.J. Doenças de ruminantes e eqüídeos 3 edição. Fernovi Editora, 2007

WEIBLEN, R. Doenças víricas, 2008, Apostila

BIBERSTEIN, F.I. & ZEE, Y.C. Review of Veterinary Microbiology. Chicago, Blackwell Scientific Publications, 1990, 612p.

CARTER, G.R. & CHENGAPPA, M.M. Essentials of Veterinary Bacteriology and Mycology. 4ª ed. Philadelphia, Lea & Febiger, 1991, 248p.

GYLES, C.L. & THOEN, C.O. Pathogenesis of bacterial infections in animal. Ames, Iowa State University Press, 2 ed., 1993, 331p.

MURRAY, P.R., BARON, E.J., PFALLER, M.A., TENOVER, F.C., YOLKEN, R.H. Manual of Clinical Microbiology. 6ed. Washington D.C, ASM Press, 1482p, 1995.

ANDREATTI FILHO, R. L. Saúde Avícola de Doenças, ed. Roca, São Paulo, 2006, 328p.

BERCHIERI, Jr. et al. Doenças das Aves, Facta, 2ed., Campinas, São Paulo, 2009, 1104p.

FRASER, C.F et al. Manual Merck de Veterinária, Roca, 9ed., 2008.

FLORES, M.L. & SEGABINASI, S.D. Disciplina de Doenças das aves, Coleção Ciências Rurais, 2009, 167p.

FORYET, W.S. Parasitologia Veterinária, Manual de referência, 5 ed., Roca, São Paulo, 2005, 240p.

GONZALES, E. & MACARI, M. Manejo da Incubação, 2ed. Facta, Campinas, 2003, 537 p.

OIE, www.oie.int Manual das Enfermidades.

MAPA/BRASIL, www.agricultura.gov.br/legislacao/pnsa.

CORRY JEL, ROBERTS D, SKINNER FA. Isolation and identification methods for food poisoning organisms. London: Academic Press, 1982. 406p.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Criterios de salud ambiental 11: Micotoxinas. Ciudad México: OPS, 1983. 131p.

SMITH JE, HENDERSON RS, Mycotoxins and animal foods. Boca Raton: CRC Press, 1991. 680p.

STEYN PS. The biosynthesis of mycotoxins. A study in secondary metabolism. New York: Academic Press, 1980. 406p.

TURNER WB, ALDIDGE DC. Fungal metabolites II. London: Academic Press, 1983. 631p.

MALLMANN CA & DILKIN P. Micotoxinas e Micotoxicoses em suínos, 226p, Ed Palotti.

2.2 BLOCO B - Bibliografia referentes aos TEMAS COMUM (Eixo Transversal) a todos candidatos de todos os programas e áreas de concentração

BRASIL, Ministério da Saúde PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010 Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/decretos.html>

BRASIL, Ministério da Saúde PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

BRASIL. Biossegurança em laboratórios biomédicos e de microbiologia. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 290 p. Disponível on line: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/biosseguranca_laboratorios_biomedicos_microbiologia.pdf

BRASIL. LEI Nº 8.080 - DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 - DOU DE 20/9/90 - LEI ORGÂNICA DA SAÚDE – Alterada. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível on line: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8080.htm>

LOPES, S.T.A. et al. Manual de Patologia Clínica Veterinária, 2009.

THRALL, M. A et. al. Hematologia e Bioquímica Clínica Veterinária, 2007.

BOJRAB, M.J. Técnicas atuais em cirurgia de pequenos animais. 3. ed. São Paulo: Roca, 1996. 896p.

FOSSUM, T.W. Cirurgia de Pequenos Animais. 3. ed. São Paulo: Roca, 2008.

SLATTER, D. Textbook of small animal surgery. 3. ed. Philadelphia: Saunders, 2003. (2 volumes)

GODOY, C.L.B. Diagnóstico por Imagem em Medicina Veterinária (Caderno Didático), 2010. www.ufsm.br/tielletcab/tecvet (Biblioteca)

TAYLOR, M.A.; COOP, R.L.; WALL, R.L. Parasitologia Veterinária, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 3ªed., 241p, 2010

FLORES, E.F. Virologia Veterinária. Editora UFSM, 2007, 888p.

MURRAY, P.R., BARON, E.J., PFALLER, M.A., TENOVER, F.C., YOLKEN, R.H. Manual of Clinical Microbiology. 6ed. Washington D.C, ASM Press, 1482p, 1995.

FRASER, C.F et al. Manual Merck de Veterinária, Roca, 9ªed., 2008.

OIE, www.oie.int Manual das Enfermidades.

ORGANISACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Criterios de salud ambiental 11: Micotoxinas. Ciudad México: OPS, 1983. 131p.

MASSONE, F. Anestesiologia Veterinária: Farmacologia e Técnicas. 6.ed., Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 2011, 448p

FANTONI, D.T.; CORTOPASSI, S.R.G. Anestesia em Cães e Gatos. 2.ed., São Paulo: Roca, 2010, 620p.

TILLEY, L.P. et al. Consulta veterinária em 5 minutos: espécies canina e felina. 2.ed. São Paulo : Manole, 2003.

MADDISON, J.E.; PAGE, S.W.; CHURCH, D.B. Farmacologia clínica de pequenos animais. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 582p

SON, R.W.; COUTO, C.G. Medicina interna de pequenos animais. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 1468p.

RADOSTITS, O.M.,; GAY, C.C.; BLOOD, D.C.; HINCHCLIFF, K.W. Clínica Veterinária, um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e eqüinos. 9ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 1737p.

SMITH, B.P. Medicina Interna de Grandes Animais. 3ªed. São Paulo: Manole, 2006. 1728 p.

ANEXO 02
FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES CURRICULARES

PARTE I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome:	Nº inscrição
Endereço:	
Telefone:	Email:
Cédula de Identidade:	CPF:

PARTE II: DADOS DE INSCRIÇÃO

PROGRAMA	ASSINALE A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO INSCRITA	IDENTIFIQUE O NÚCLEO PROFISSIONAL
Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Sistema Público de Saúde (Código1041)	() Atenção Básica/Estratégia de Saúde da Família; () Vigilância Em Saúde	
Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Gestão e Atenção Hospitalar no Sistema Público de Saúde (Código 1044)	() Saúde Mental () Hemato-Oncologia () Mãe-bebe () Crônico-Degenerativo	
Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Saúde Mental no Sistema Público de Saúde/UFMS (Código 1082)		

PROGRAMA	ASSINALE A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO INSCRITA
Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária: Clínica Médica de Pequenos Animais	() Clínica Médica de Pequenos Animais
Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária: Cirurgia e Anestesiologia	() Cirurgia () Anestesiologia
Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária: Patologia Clínica	() Patologia Clínica
Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária: Diagnóstico por Imagem	() Diagnóstico por Imagem
Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária: Clínica de Grandes Animais	() Clínica de Grandes Animais
Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária: Medicina Veterinária Preventiva	() Medicina Veterinária Preventiva

PARTE III: DESCRIÇÃO DA PRODUÇÃO CURRICULAR

ATIVIDADES		Valor atribuído	Valor máximo	Pontuação Realizada
1. Experiência acadêmica na profissão inscrita para a seleção			7,0 pontos	
1.1 Realização de estagio e ou vivencias extracurricular	1.1.1 Na área de concentração: 0,25 pontos por semestre	Até 1,5 pontos	2,0 pontos	
	1.1.2 Fora da área de concentração: 0,1 pontos por semestre	Até 0,5 pontos		
1.2 Atividades em projetos de extensão com bolsa	1.2.1 Na área de concentração: 0,2 pontos por semestre	Até 1,0 pontos	1,5 pontos	
	1.2.2 Fora da área de concentração: 0,1 pontos por semestre	Até 0,5 pontos		
1.3 Participação em projetos de extensão sem bolsa	1.3.1 Na área de concentração: 0,1 pontos por semestre	Até 0,7 pontos	1,0 pontos	
	1.3.2 Fora da área de concentração: 0,05 pontos por semestre	Até 0,3 pontos		
1.4 Desenvolvimento de monitoria	1.4.1 Na área de concentração: 0,2 pontos por semestre	Até 1,0 pontos	1,5 pontos	
	1.4.2 Fora da área de concentração: 0,1 pontos por semestre	Até 0,5 pontos		
1.5 Cursos de formação complementar de 81 a 180 horas	1.5.1 Na área de concentração: 0,1 pontos por curso	Até 0,4 pontos	0,6 pontos	
	1.5.2 Fora da área de concentração: 0,05 pontos por curso	Até 0,2 pontos		
1.6 Cursos de formação complementar de 40 a 80 horas	1.6.1 Na área de concentração: 0,1 pontos por curso	Até 0,3 pontos	0,4 pontos	
	1.6.2 Fora da área de concentração: 0,05 pontos por curso	Até 0,1 pontos		
2 Experiência profissional na profissão inscrita para a seleção			3,0 pontos	
2.1 Exercício profissional	2.1.1 Na área de concentração: 0,5 pontos por mês	Até 1,8 pontos	2,0 pontos	
	2.1.2 Fora da área de concentração: 0,05 pontos por mês	Até 0,2 pontos		
2.2 Cursos de formação complementar de 81 a 180 horas	2.2.1 Na área de concentração: 1,0 pontos por curso	Até 0,5 pontos	0,7 pontos	
	2.2.2 Fora da área de concentração: 0,5 pontos por curso	Até 0,2 pontos		
2.3 Cursos de formação complementar de 40 a 80 horas	2.3.1 Na área de concentração: 1,0 pontos por curso	Até 0,2 pontos	0,3 pontos	
	2.3.2 Fora da área de concentração: 0,5 pontos por curso	Até 0,1 pontos		
PONTUAÇÃO TOTAL			10,0 pontos	